

**JÚLIO CÉZAR MERIJ MÁRIO
SÉRGIO RODRIGUES DE SOUZA**

**REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DA FAMÍLIA
E A ESCOLA
UM OLHAR PARA AS QUESTÕES FAMILIARES NO
COTIDIANO ESCOLAR**

2025

2ª Edição

Sumário

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO..... | 3 |
| INTRODUÇÃO | 4 |
| RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS ATRAVÉS DOS TEMPOS: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS..... | 16 |
| FAMÍLIA E SUAS TRANSMUTAÇÕES AO LONGO DOS TEMPOS . | 29 |
| FAMÍLIAS: MUDANÇAS ATUAIS - RESPONSABILIDADES ANTIGAS | 45 |
| O SURGIMENTO DA FAMÍLIA MODERNA E SEUS PARADIGMAS | 52 |
| CONCEPÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA..... | 59 |
| AUXÍLIO NAS TAREFAS ESCOLARES..... | 83 |
| O INCENTIVO À LEITURA..... | 85 |
| A PRESENÇA DOS PAIS NA ESCOLA | 86 |
| ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ATRAIR OS PAIS..... | 90 |
| IMPORTÂNCIA DAS REUNIÕES ENTRE PAIS E PROFESSORES | 94 |
| O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA E SEU OBJETIVO COMUM: | 97 |
| A APRENDIZAGEM | 97 |
| CONCLUSÃO | 120 |
| REFERÊNCIAS..... | 125 |

PREFÁCIO

Educar vai além da transmissão de conhecimento; é um ato de construção coletiva que envolve escola, família e sociedade. No livro *Reflexões sobre a Relação da Família e a Escola: Um Olhar para as Questões Familiares no Cotidiano Escolar*, Julio Merij nos convida a uma profunda análise sobre essa parceria indispensável na formação das futuras gerações.

Com vasta experiência como professor e ativista social e ambiental, Merij não apenas discute os desafios da relação entre família e escola, mas propõe caminhos para um diálogo mais efetivo e transformador. Sua trajetória como educador premiado e autor de mais de 20 obras voltadas para ações sociais e causas em defesa dos menos favorecidos confere autenticidade e compromisso a cada página deste livro.

Ao longo da obra, somos levados a refletir sobre o impacto das dinâmicas familiares no ambiente escolar e sobre como um trabalho colaborativo pode ser um agente de mudança real na vida de crianças e adolescentes. A proposta aqui não é apenas teórica, mas profundamente prática, baseada em vivências e em um olhar atento às realidades diversas que permeiam o universo educacional.

Este livro é um convite à ação, à empatia e à construção de um ensino mais humano e inclusivo. Ao leitor, cabe não apenas a absorção do conteúdo, mas a disposição de ser parte ativa nesta transformação.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos da história humana que cabe aos mais velhos transmitir os valores culturais aos mais jovens. Quando os grupos humanos eram pequenos, esta tarefa cabia tão somente à mãe, até porque o período de vida infantil era extremamente curto, não demandando muitas ações complexas. Mas, à medida que foram se tornando maiores o conjunto de pessoas no mesmo espaço surge também a necessidade de diferentes ensinamentos para além da mera cotidianidade comum a todos.

Esse foi o primeiro dos inúmeros e infinitos passos que foram dados pelo processo educativo, que mesmo que tenha surgido a necessidade de engendrar outros aspectos na educação dos neófitos, a responsabilidade de prepará-los para o mundo além da família ficou, desde sempre, a cargo da família.

A educação destinada às crianças assume um caráter global e fusional a partir do momento em que passa a atribuir a todas as instituições principalmente à escola e à família parcelas essenciais na responsabilidade e de parceria no processo de formação do indivíduo, formação esta de caráter integral, ou seja, não somente mais em nível de aprendizagem e aquisição de um ofício. A grande contradição se dá pelo fato de que no imaginário escolar e familiar, as expectativas em relação à educação não são cumpridas entre uma e outra, o que gera um diálogo árduo e não raras vezes, mutuamente sem retorno, porque cada uma lança à outra a responsabilidade que cabe às partes em igualdade, de acordo com suas respectivas competências.

Mesmo assim, tais instituições (a família e a escola) precisam assumir as responsabilidades que cabem a cada parte, no sentido de garantir que a aprendizagem aconteça numa educação voltada para o exercício ético da democracia e da cidadania, bem como com condições de promover o crescimento

e a promoção da autonomia individual. Logo, envolver a família na educação escolar dos alunos-filhos pode significar, para os educadores, que eles tenham que conhecer melhor os pais dos seus educandos (de onde vem, para onde vão, o que fazem e o que esperam) e, com isto, trabalharem em busca de uma sintonia com vistas a realizar um trabalho conjunto com eles com a finalidade de criar, entre outros fatores, uma atmosfera que fortaleça o desenvolvimento e a aprendizagem significativa das crianças.

Neste ínterim, quando escola e família promovem uma linguagem comum e posicionamentos adotados em colaboração no trato de aspectos da educação das crianças e da sua escolarização, é possível que os educandos consigam ter uma aprendizagem mais significativa, um percurso acadêmico mais tranquilo e um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso, o que não deixa de ser uma busca incessante dos procedimentos epistemológicos, e que não podem, sob hipótese alguma, serem desprezados.

Quando os professores relatam que o fato de a *família não ir bem, ou não estar bem* influencia no desenvolvimento escolar dos alunos, estão, certamente, imbuídos de razão. Porém, apenas diagnosticar as dificuldades dos pais tendo por base preceitos morais ultrapassados, apenas providenciará um maior afastamento [*para não dizer um alijamento completo*] da família do ambiente, considerando que os professores que são especialistas em educação, não a família. Portanto, a construção da parceria como uma relação de cooperação entre as instituições família e escola, implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas na troca de ideias ou favores, como aquela colaboração tão conhecida do pai que envia à escola uma contribuição mensal ou a prenda para a festa junina. O propósito é que essa parceria construa-se e, conseqüentemente, consolide-se por meio de uma intervenção planejada e consciente, em que a escola possa criar espaços para reflexões e experiências

de vida numa comunidade educativa, estabelecendo acima de tudo a aproximação entre as ambas, reforçando o respeito que já existe. Reforça-se então, a necessidade dos educadores dispensarem alguns momentos da sua formação para refletirem sobre e buscarem formas de [re]construir esta relação. Neste sentido, além das estruturas e das funções da família e da escola, havemos de considerar também as transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna, nas suas instituições e no que diz respeito aos quadros sociais instáveis que exigem uma compreensão dinâmica e respostas mais condizentes com os problemas enfrentados.

A educação é obrigação da escola, mas de uma forma bem parcial. Ela desenvolve seu trabalho sobre um conteúdo programático e com uma função pragmática, cabendo a ela cumprir. Nesse sentido, educar seria aprender um pouco sobre cultura, desenvolver a leitura e a escrita, *etc.*, mas não a educar os filhos de terceiros para que ele aprenda a viver em sociedade, a ter modos, a respeitar os outros... Este tipo de educação é uma obrigação natural dos genitores. O papel da escola na educação é apenas auxiliar e não tomar para si toda a responsabilidade no desenvolvimento satisfatório de um aluno.

A cada um é atribuída uma responsabilidade. A meta é a formação integral dos *alunos-filhos*, tornando-os cidadãos com voz e, conseqüentemente, potentes empreendedores, verdadeiros construtores da sociedade, de um mundo melhor, onde todos os objetivos possam se tornar realidades. Havendo um compromisso solidário entre escola e família, posteriormente, serão efetivadas ações, por maiores que sejam, considerando que o sucesso de ambas está fundamentado no amor, no respeito, na vontade e na garra daqueles que nelas estão inseridos.

A proposta de uma união permanente entre escola e família traz em seu interior a necessidade de compor a escola com imaginação, comprometimento e uma persistente meditação

sobre a prática educacional, buscando meios para que ambas atinjam seus fins: crianças promissoras de um mundo melhor, visto que estarão sendo preparadas para a formação de adultos mais sensíveis. Sendo assim, o papel efetivo da escola se traduz não só na transmissão de conhecimentos sistematizados, como também na orientação de valores morais e éticos, elaborados em parceria com família que tem forte influência e tradição nesse processo. Infelizmente, a esta responsabilidade de educar tem sobrecarregado as escolas que para muitos pais é seu dever estrito, ao passo que também encaram o ambiente escolar como uma mera forma de escapismo, mas, antes estejam os filhos dentro da escola, do que fora dela. Já que existem coisas que apenas no ambiente escolar torna-se possível sua apreensão e outras a sua compreensão.

Tecer a aproximação da família e da escola é colocá-las no âmbito da colaboração formal em prol de um objetivo que deve ser claro para ambas as partes envolvidas. Mas o grande caos que ocorreu nos processos educacionais foi a redação dada pela Constituição Federal de 1988 em que coloca no mesmo nível de competência a educação como responsabilidade da Família e do Estado.

Ambas são instituições históricas [*tradicionais*], com funções [*sutilmente*] semelhantes, mas com disposições muito ambíguas. Enquanto que a família extrai seu poder da relação afetuosa com seus membros e tem de manipular com muita maestria esta condição, o Estado extrai seu poder de sua força general, uma vez que detém todo o poder de ação, reação e coação dos atos dos outros.

Como Oliver Reboul coloca, a educação oferecida pela família é louca porque não tem outro objetivo se não a continuação da linhagem e com uma visão de mundo limitada a si mesma, ou seja, se depender dela, o mundo da criança e do futuro adulto estará limitado a seus muros [*em especial a cultura latina*]. Já o Estado, dotado de todo o aparato técnico-científico

tem condições de ofertar uma educação com significados mais amplos e mais ambiciosos. Porém, não se pode imiscuir de que o equilíbrio encontra-se na textura do amor da família, nas primeiras construções afetivas, intelectuais e de convivência, tais situações que, de forma direta e indireta, irão embasar toda a construção social futura a que terá acesso e possibilidade a criança, em seu convívio com o mundo extrafamiliar.

Entendendo a partir desta exposição que a escola como centro de ensino formal, ampara e amplia aquilo que já foi, *a priori*, trabalhado pelos pais desde a mais tenra infância. Uma não invalida o trabalho da outra porque a formação de um ser humano não é um processo unilateral, e, enquanto a família é incompetente, *in extremis*, na formação científica, o é ou deve ser extremamente competente no que tange à formação humanística dos pequenos. Já o Estado, munido com todo o aparato tecnológico tem a obrigação máxima de ser competente ao extremo na formação científica dos indivíduos, lembrando que se não for bem amparado por seu corpo docente acaba por enterrar indivíduos que já chegam moribundos de seus lares.

Este é o justo equilíbrio que se busca ao abordar a necessidade de uma relação harmônica entre a família e a escola, porque se age com muita severidade por um lado, tem-se um indivíduo frouxo ante as mazelas da vida, um incompetente, um néscio; se por outro lado habilita-se a desprezar e/ou mesmo angaria a possibilidade de eliminar a condição humana dos indivíduos, tem-se verdadeiras máquinas e, por fim, tem-se não mais uma sociedade sustentada em preceitos éticos e humanísticos. Aristóteles já havia apresentado que o homem é um ser social [o *zoon politikón*], portanto, sente 'ânsia' de pertencimento a um determinado grupo. Os bebês não fazem escolhas de onde pretendem viver ou a qual grupo pertencer porque já nascem ali, estreitados no espaço. Mas com a convivência e os cuidados ofertados pela família torna-se parte integrante da mesma acreditando cegamente que gosta deles por uma força

mágica, misteriosa e não pelos tratos e pela harmonia que foi sendo construída ao longo dos anos à medida que rompia com os laços do medo.

Os mais importantes ambientes de organização social têm se voltado para as questões familiares. Alguns deles o fazem por força da tradição, como, *v.g.*, as igrejas e os âmbitos ligados às religiões. Outros o fazem por opção, mais espontaneamente, como é o caso de algumas empresas. Diferentes setores voltam seu olhar para a família associando isso aos seus ideais de modernidade, como os autores estudiosos e teóricos do tema familiar.

Há quem defenda que os setores tradicionais ao abordarem as questões familiares, impregnam a questão de ideologias retrógradas enchendo-as de conservadorismo, empanando uma visão mais atual das relações familiares. O fato é que entidades históricas tornam-se tradicionais por si só. Há aqueles que criticam as iniciativas das empresas na abordagem familiar, acusando-as praticarem tais ações por mero interesse econômico, ou seja, dar aos funcionários melhores condições de relacionamento familiar para que eles produzam mais e melhor. Um grupo critica os autores modernos acusando-os de desconsiderarem os limites e as tradições da família com suas teorias [*muito*] liberais, colocando em risco o desenvolvimento saudável da sociedade.

Pelo menos duas coisas podem ser concluídas a partir de toda esta discussão: A primeira delas é que todos nós enxergamos o mundo através de uma “lente” que nos foi dada. Assim, tenderemos a nos confortar em nossa forma de ver a vida e a nos incomodar com qualquer outra possibilidade ou visão, que entre em conflito com aquela que defendemos, mesmo sem ter uma causa. Ideal seria se pudéssemos vez ou outra *trocar de lentes* e enxergar as coisas de forma diferente; sob outros prismas. Isto permitiria possibilidades de análises mais profundas

e sérias sobre as mutações sociais nos processos da vida humana.

A segunda coisa a dizer é que, mesmo partindo e chegando a diferentes, divergentes e inúmeras outras compreensões sobre o assunto, todos trazem importantes contribuições sobre o tema; até mesmo porque este não se esgota por si só. Entretanto, há um segmento da sociedade que interessa, como campo de estudos, de forma especial na sua relação com as questões familiares: a educação, pois, numa sociedade como a nossa – ocidental e pós-moderna – a educação e a família são temas inseparáveis. Estão fundidos. Tornaram-se simbióticos. Não há como falar sobre a família sem falar sobre a educação, assim como não faria sentido algum abordar as questões da educação à parte das questões pertinentes à família porque as expectativas que os alunos apresentam no ambiente escolar como motivação, empenho, desempenho, relações afetivas, aprendizagem são, simplesmente, traços ampliados das forças e perspectivas não reveladas [*explicitadas*] pelos seus genitores e muitas das vezes, progenitores.

As razões para um olhar simbiótico para a família e a educação são diversas. Primeiramente pelo fato de que é a família a responsável, historicamente, pela educação elementar e por isto, entenda-se a higiene, a nutrição, os cuidados com os ambientes, os perigos mais iminentes os quais apenas a curiosidade e a experiência poderiam ensinar aos pequenos, mas que isto poderia custar-lhes a vida.

Em segundo lugar porque as mudanças que ocorrem na sociedade acontecem [*quase*] ao mesmo tempo no ambiente familiar e no meio educacional. Ocorre por vezes que uma mudança é veiculada e inculcada pela escola, vindo a refletir em outros campos, mas quem primeiro recebe a notícia e o impacto das mudanças acaba sendo a família, pois este é o primeiro ambiente para onde a criança retorna após as aulas.

Para citar somente mais uma razão, basta um breve olhar na História da Educação para vermos que as principais transformações na relação ensino-aprendizagem ocorreram em virtude das transformações nas relações familiares. Não é uma relação tão simétrica como se deseja que fosse, mas o que de fato acontece é que há uma determinada mudança na conjuntura social que é um ambiente muito extenso e nem se desejasse conseguiria abordar todo o campo populacional. Já o ambiente familiar sendo mais restrito, portanto, controlável, torna-se capaz de acelerar as mudanças/adaptações nos currículos educacionais e nos formatos de promover as novas formas de ensino que, conseqüentemente, fomentarão novos formatos de aprendizagem.

O Dia Nacional da Família na Escola foi criado em 2001, com data a ser comemorada no dia 24 de abril, pelo Ministério da Educação com o intuito de conscientizar pais, educadores e toda a sociedade sobre a importância da união entre a escola e a família na formação dos alunos. Inúmeros exemplos vivenciados mostram que a aprendizagem melhora quando a família faz-se presente. Se a família se interessa pela escola enquanto centro de ensino, a criança demonstra maior interesse pelos estudos e, com isto, melhora o relacionamento entre esta e a família e vice-versa.

Se é na família que se constituem as alegrias e os desejos do ser humano, é na escola que o indivíduo deve encontrar alicerce para sua formação elaborada. Porém, as coisas não acontecem como deveriam em um contexto escolar. Lá tem sido um local de transmissão do saber e não de desenvolvimento de competências integrais do aluno, competências essas essenciais para sua completa inserção social. Entende-se que deva ser papel do educador o desenvolvimento do ser humano numa desmistificação de que somente o conhecimento pronto e acabado é que vale. O desenvolvimento e o uso ativo de um contexto afetivo em sala de

aula são fundamentais ao educando. A escola deve ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois é na escola que a criança recebe a formação cultural sistematizada tornando-se membro da sociedade. Ou seja, a instituição escolar é um local de desenvolvimento do saber e não de retaliação do aluno e castração de seus anseios. Neste sentido família e escola devem aliar-se no objetivo de formar um aluno capaz e *bem resolvido* afetivamente porque, é justamente neste fator, que estão às disposições em aprender e conhecer mais e mais, construindo e firmando o conhecimento em suportes realmente sólidos. Com isto depreende-se que a família não pode somente ser um mundo cor-de-rosa para a criança e a escola um universo sempre cinzento. Ambas devem trabalhar com seus matizes variados, em consonância tal que os objetivos sejam alcançados, que é a formação integral do homem.

No que se refere à legislação, a Constituição Federal, em seu artigo 205, afirma que: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [e], será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”¹ Já no título II, do artigo 1º da LDB, a redação é alterada para “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, mudando a ordem de propriedade em que o termo família aparece antes do termo Estado. Se a família passa a ter uma maior responsabilidade com a educação, é necessário que as instituições família/escola

¹ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2012.

mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade.

Historicamente, a escola e a família, tal qual as conhecemos hoje, não são instituições que surgem, com o advento da modernidade, ambas destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. Na verdade, à escola coube a função de educar a juventude na medida em que o tempo e a competência da família eram consideradas escassos para o cumprimento de tal tarefa. Foi uma construção que permitiu maior tempo livre aos pais poderem atuar nos negócios ou dedicarem-se aos trabalhos, o que vale a conclusão de que a família tal e qual cristalizamos em nosso imaginário é um produto do ideal liberalista.

Outro fator que forçou a modelação de ambas foi que os saberes diversos e especializados, necessários, à formação das novas gerações, demandavam cada vez mais ao longo do tempo, um espaço próprio dedicado ao trabalho de apresentação e sistematização de conhecimentos dessa natureza, diferente, portanto, daquele organizado pela família onde a criança aprendia o ofício dos pais e o reproduzia sem um estudo refinado da técnica em si.

Com as mudanças passamos a viver em uma sociedade onde a família está sendo alvo de diferentes modelos como, *p.e.*, mães que assumem sozinhas a responsabilidade da casa bem como os pais que também assumem sozinhos este papel e ainda avós que contribuem para os cuidados e a formação dos pequenos mesmo com a ausência de pai ou mãe.

Partindo deste raciocínio, torna-se indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição, uma vez que a relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças, bem como balizar os caminhos que tanto uma quanto a outra podem seguir como forma de solução para seus inevitáveis problemas, onde a família possa estabelecer uma relação de parceria com a escola, colaborando

com o aprendizado e o desenvolvimento do aluno, pois através dessa divisão social do trabalho pode-se garantir uma educação de qualidade. Em hipótese alguma se pode continuar a ignorar a importância fundamental da família na formação e educação de crianças e adolescentes.

No Brasil, a escola, como instituição educacional distinta da família, construiu-se aos poucos à custa das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana. Aproximadamente dois séculos, na Europa, sinalizaram para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental dos indivíduos; missão essa impossível para o âmbito doméstico. Esse modelo esteve a serviço, sobretudo durante o século XIX, da moldagem das elites intelectuais nacionais. A escola era, profundamente, diferente da família e, oferecia à formação das crianças e dos jovens uma educação da qual nenhuma outra instituição poderia se ocupar. Embora se ocupasse de tal discurso seus modelos educativos eram tribais e uma mera extensão dos regimes patriarcais, onde o objetivo maior era a formação moral, destacada para ambos os sexos, de acordo com a conveniência de cada época.

Já nos primórdios da República, na onda dos movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a época, impuseram a necessidade de modernizar a sociedade e colocar a Nação nos trilhos do crescimento, exigindo então outro modelo e uma maior abrangência da ação educacional. O mais destacado movimento foi o Manifesto dos Pioneiros que contou com grandes pilares da cultura e da literatura nacional, com especial destaque para Cecília Meireles.

Como podemos observar, a discussão sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos não é recente. Há décadas que se vem refletindo sobre como envolver a família, promover a corresponsabilidade e torná-la parte do processo. Sem dúvida, tal aproximação trata-se de uma difícil tarefa, isto, em função das inseguranças, incertezas e da falta de

esclarecimento sobre o processo educacional, suas limitações, bem como sua abrangência e objetivos.

A partir de tudo o que foi exposto acima, compor uma parceria entre escola e família pressupõe de ambas as partes, a compreensão de que a relação entre as partes deve se manifestar de forma que os pais não responsabilizem somente a escola pela educação de seus filhos e, por outro lado, a escola não pode eximir-se de ser corresponsável no processo formativo do aluno. Há, por fim, que encontrar a justa medida de responsabilidades cabíveis a ambas.

RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS ATRAVÉS DOS TEMPOS: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

A Família é o primeiro grupo social ao qual a criança passa a ter sentimento de pertencimento e é através desse convívio que lhe permite desenvolver padrões de socialização, considerando que os pais são responsáveis em ensinar os primeiros passos a criança e os primeiros conhecimentos e a escola dá continuidade a esse processo, o que faz com que a participação ativa da família é torne-se fundamentalmente importante na consolidação da construção da personalidade. Em consonância com este pensamento, Rousseau diz que “a mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família. [...] É ela o primeiro modelo das sociedades políticas”.²

Este é um ponto controverso, porque se ela é um ambiente político é, por conseguinte, artificial. E em seus primórdios, houve uma cisão do clã quando o pai é elevado à condição de Deus e surge a ideia de uma vida *post mortem* em que o falecido continuava necessitando de alimentos e orações por toda a eternidade. Assim, nasce os microgrupos em torno de dois indivíduos (pai e mãe), aos quais e unicamente a eles rendiam respeito eterno.

A relação entre pais e filhos é uma das convenções sociais mais complexas de se estudar, porque não se trata apenas de convivência entre gerações separadas por décadas de distância e mudanças em toda a estrutura sociológica; está-se diante de um problema que afeta as expectativas em relação ao próprio presente e ao futuro, o que cria incertezas, consequentemente, insegurança nos pais, fazendo com estes transformem suas ações educativas em exigências de

² ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato social*. São Paulo: Escala, 2005, p. 11.

transformação que contrastam com o desenvolvimento normal da capacidade personológica das crianças e jovens, produzindo um estado de ansiedade que atravessa a ambos, resultando em conflitos. Por este motivo, bastante simples de se expressar e muito profundo, ao ponto de não ser compreensível sem um dimensionamento cuidadoso que se chega ao entendimento de que, a relação entre pais e filhos é uma das mais importantes e dinâmicas interações sociais, marcada pelas transformações históricas, culturais e tecnológicas da humanidade. Ao longo do tempo, essa relação passou por diversas mudanças, moldadas por fatores como estrutura familiar, valores sociais e avanços no entendimento do desenvolvimento infanto-juvenil.

No período antigo, as sociedades eram majoritariamente patriarcais, e a relação entre pais e filhos se baseava na autoridade e na obediência estrita; isto porque as sociedades eram restritas a pequenos clãs, com um número reduzido de famílias e com convivências reduzidas a momentos de trabalho, cada uma delas procurando preservar a sua cultura particular, evitando qualquer tipo de contaminação através do pensamento alheio. O modelo de educação era severo, visando à formação de indivíduos que perpetuassem tradições e costumes familiares, em especial que procurasse manter os cultos aos deuses domésticos. Crianças eram, frequentemente, vistas como uma extensão da propriedade dos pais e, em muitas culturas, sua função principal era contribuir para a economia doméstica ou militar.

Durante o período da Idade Média, a relação entre pais e filhos manteve-se hierárquica, com forte influência da religião. O conceito de infância como uma fase distinta da vida adulta ainda não estava estabelecido, e crianças eram tratadas como pequenos adultos, muitas vezes participando do trabalho e das responsabilidades da família desde cedo. Este comportamento era produto da miséria com que as famílias viviam na Europa; não, necessariamente, como um costume social que

representasse uma prática que possa ser vinculada ao sentimento individual e isto pudesse ser tratado como uma representação social.

A família é o primeiro grupo social ao qual todo ser humano tem [e *trava*] contato, este com o qual os laços duram *ad infinitum*, não se rompem por mera ideologia. As temáticas sobre a família ganham espaços cada vez maiores na sociedade atual, motivadas pelas novas configurações ambientais e de interpretação dos laços parentais, estimulados pela *Revolução Industrial* e em especial pelas ideias lançadas pela ciência do Mestre de Viena, Sigmund Freud (1856 - 1939). Com a Revolução Industrial (Século XIX), a estrutura familiar passou por mudanças significativas, exatamente, porque com os processos de urbanização e de industrialização, alterações radicais começaram a ser impostas às dinâmicas familiares, em especial, reduzindo o tempo de convivência entre pais e filhos, devido às longas jornadas de trabalho e, na mesma proporção, o grande número de acidentes nas fábricas fez crescer, absurdamente, o contingente de órfãos. A Sociologia precisa se reinventar para compreender o novo cenário e dar suporte a estes indivíduos e, também, orientar aos governos sobre como proceder, porque a crescente indústria necessitava de mão de obra mais qualificada e que pudesse atender às exigências de um novo mercado, uma nova realidade social, que ainda necessitava de ser interpretada, para poder dimensionar as intervenções políticas de atendimento. Com tudo isto, este período marca o início de um olhar mais atento para a infância, com o surgimento de escolas e os primeiros passos para o reconhecimento da educação como um direito fundamental.

Como consequência de tal desenvolvimento, as responsabilidades educativas básicas que, naturalmente, deveriam ser de competência exclusiva da família foram, sutil e sub-repticiamente, transferidas à Escola, com isto, levando o professor a assumir obrigações que são, por natureza legal e

sociológica, devidas aos pais. Essa transferência para a escola das responsabilidades de educar, condição inerente às famílias é motivada [*e justificada*] pelas condições impostas pelo conceito de modernidade que a vida adquiriu ou conferiram-lhe e que necessita ser mantida a qualquer custo. Com a saída da mãe para o trabalho, a casa fica vazia e a escola fica encarregada de refugiar essas crianças e jovens. Assim foi dada a ela a tarefa de não apenas ensinar, mas de guardar, proteger, acariciar os alunos durante os largos períodos de tempo em que o pai e mãe estão a exercer funções sociais que, a cada vez mais, os consomem e ao seu tempo.

No século XX, com o avanço das ciências sociais e psicológicas, houve uma compreensão mais ampla e profunda sobre o vínculo afetivo entre pais e filhos. Com o advento da Psicanálise e os estudos de Sigmund Freud (1856-1939) sobre o desenvolvimento psicológico infantil todo um novo conceito sobre o que a infância representa para a espécie e como a postura dos pais vai influenciar nesta conjuntura, mudanças extremas no entendimento e na compreensão da mesma foram sendo levada dos consultórios para a vida cotidiana, marcando avanços e perspectivas de longo alcance sociológico. Consequentemente, as teorias de desenvolvimento infantil vinculadas ao campo epistemológico, levadas a efeito por Jean Piaget (1896-1980) e Levi S. Vygotsky (1896-1934) influenciaram a formação de novas abordagens educativas, promovendo uma parentalidade fundamentada na participação e na afetividade. Com a revolução dos direitos das mulheres e a inserção delas no mercado de trabalho, a estrutura familiar também passou por reformulações, com uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades parentais e a necessidade de o Estado, através das escolas, se organizar para atender as crianças em novas perspectivas sociológicas, o que, de certa forma, criou um distanciamento afetivo entre pais e filhos que, olhando a esta distância, as demonstrações já declaram que o efeito já evidencia sinais de

negatividade, realçados pelos elevados índices de ansiedade em crianças, suicídios e comportamentos delinquenciais, bem como na condição de expressão de comportamentos autísticos.

Seguindo esta linha de raciocínio, Cury destaca que além de não adotarem um tempo para educar os filhos de maneira que estes possam enfrentar os problemas sociais com postura ética e crítica, a própria sociedade é responsável em *deseducá-los* devido à quantidade de estímulos que exercem na criança. Dentre eles, encontram-se os apelos para o consumo desenfreado, para a violência, para o sexo sem limites que para o autor são “estímulos sedutores que se infiltram nas matrizes de sua memória (...), os pais ensinam os filhos a serem solidários e a consumirem o necessário, mas o sistema ensina o individualismo e a consumir sem necessidade.”³

A sociedade foi imersa em um contexto de grandes transformações tecnológicas e culturais, marcadamente, após a Segunda Guerra Mundial, transformações que impactaram, diretamente, a relação entre pais e filhos, porque surgiram instrumentos que atravessaram, de maneira incompreensível a ambos, a relação entre eles. A tecnologia, por um lado, aproxima as pessoas através da comunicação instantânea; no entanto, por outro, pode criar desafios na interação presencial. Os pais modernos enfrentam o desafio de equilibrar o tempo entre trabalho, vida social e atenção aos filhos, ao mesmo tempo em que precisam lidar com questões como o uso excessivo de telas e as influências das redes sociais, o que acaba por transformar os pais e os filhos em estranhos que convivem dividindo o mesmo espaço, ao menos em teoria. Diante desse cenário, a tendência é que a parentalidade continue evoluindo para modelos mais flexíveis e inclusivos, nos quais o diálogo, a empatia e o respeito à individualidade dos filhos sejam cada vez

³ CURY, Augusto Jorge. *Pais Brilhantes, professores fascinantes*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 28.

mais valorizados. As mudanças nas relações familiares refletem não apenas as transformações sociais, mas também a busca por um desenvolvimento humano mais equilibrado e saudável.

Ocorre que, como espécie, este tipo de comportamento é estranho ao ser humano, apesar de que, perante olhos pouco incautos tudo se apresente sob um véu de normalidade e de equilíbrio como se tudo fosse produto das transformações sociais, esquecendo que o cérebro humano não se adapta a mesma velocidade com que a criatividade sociológica se intenta impor-se sobre a sociedade contemporânea, considerando que seu dever, como ciência, é o de analisar as situações, descrever os fenômenos e propor intervenções; jamais justificar os conflitos com jargões produzidos pelo senso comum.

A família desempenha um papel importante [*para não dizer único*] na formação do indivíduo, pois contribui, força, exige, obriga, permite e possibilita a constituição de sua essencialidade. É nela que o homem concebe suas raízes e torna-se um ser capaz de elaboração de competências próprias, capaz de autonomia. Portanto, ela é a primeira instituição social formadora da criança da qual dependerá em grande parte a personalidade do adulto que (a criança) irá tornar-se. O que se compreende é que a relação entre pais e filhos, através dos tempos, tem passado por profundas e extensas transformações, acompanhando as mudanças e perspectivas da sociedade. De um modelo baseado, estritamente, na autoridade e na obediência para um formato mais participativo e afetivo, o desenvolvimento cultural dessa relação reflete não apenas mudanças históricas, como também a ampliação do conhecimento sobre o papel e a relevância estrita e inequívoca da família na construção personológica do indivíduo.

A relação entre pais e filhos é um dos aspectos mais fundamentais da sociedade e tem evoluído ao longo dos séculos, refletindo transformações culturais, sociais e econômicas. Se no passado essa relação era marcada pela rigidez hierárquica e

pelo autoritarismo, nos dias atuais ela tem se tornado mais flexível, baseada no diálogo e na compreensão mútua.

Nas sociedades antigas, como as gregas e romanas, a autoridade paterna era absoluta. Os pais, especialmente os homens, tinham controle total sobre os filhos, determinando seus destinos e impondo normas rígidas. A educação era voltada para a perpetuação dos costumes e da estrutura social e a obediência era um valor essencial. Com o passar dos séculos, na Idade Média, a relação entre pais e filhos permaneceu hierárquica, influenciada pela religião e pela moral da época. O papel dos pais era preparar os filhos para assumir responsabilidades dentro da família e da comunidade, muitas vezes através de casamentos arranjados e sucessões hereditárias.

A Revolução Industrial trouxe mudanças profundas na dinâmica familiar. Com o trabalho migrando para fábricas e centros urbanos, os pais passaram a ter menos tempo para a criação dos filhos, delegando parte dessa responsabilidade às escolas e instituições religiosas. Foi nesse período que começou a surgir uma maior valorização da infância como fase distinta da vida, com a necessidade de proteção e cuidado.

No século XX, com o avanço das ciências humanas e sociais, a educação passou a ser vista como um processo de desenvolvimento integral, considerando as necessidades emocionais e psicológicas das crianças. A relação entre pais e filhos começou a se transformar com o surgimento de novas abordagens pedagógicas e da valorização do afeto e do diálogo. O movimento feminista e a entrada das mulheres no mercado de trabalho também redefiniram papéis dentro da família, promovendo uma divisão mais equitativa das responsabilidades parentais.

Atualmente, a relação entre pais e filhos é influenciada por fatores como tecnologia, globalização e mudanças nos modelos familiares. A presença constante da internet e das redes sociais pode tanto aproximar quanto distanciar pais e filhos,

dependendo da forma como são utilizadas. Além disso, novos desafios surgem, como a necessidade de equilibrar o tempo de qualidade em meio às exigências profissionais e sociais.

Para o futuro, a tendência é que a relação entre pais e filhos continue a se adaptar às transformações sociais e tecnológicas. O respeito, a empatia e a comunicação aberta são elementos essenciais para fortalecer os laços familiares e preparar as novas gerações para um mundo em constante mudança. A busca pelo equilíbrio entre autoridade e liberdade, tradição e inovação, continuará sendo um dos grandes desafios da parentalidade moderna.

Como toda relação é uma relação que envolve poder, a que ocorre entre pais e filhos não poderia ser diferente nem ser tratada com indiferença, porque entre ambos existe um conflito velado ou desvelado, que potencializa as dimensões de amizade ou de inimizade, simpatia ou antipatia. E em nada disto percebe-se uma construção que não seja natural, porque sem esta rivalidade e carga de ódio não é possível que os jovens tornem-se adultos maduros e capazes de gerir e conduzir com sabedoria o destino de seus futuros filhos até o momento em que tomarão as direções autônomas de suas próprias vidas.

É comum ouvir comentários queixosos sobre a forma como pais e filhos se relacionam, atualmente. Ao longo dos tempos houve uma transformação nos conceitos e devido ao grande aumento na complexidade social, os valores sofreram mutações, o que fez com que as formas de pais e filhos aceitarem-se tivessem uma inversão muito severa, fazendo com que respeito e aceitação do que é diferente seja tratado como algo que não merece o esforço necessário. Geralmente tais críticas partem dos mais velhos, reclamando que, quando crianças, não lidavam com os pais ou outros adultos como fazem as crianças de hoje. Realmente, essa forma de relacionamento sofreu grandes alterações nas últimas décadas, devido aos diversos fatores que, como já foi dito interinfluenciam o ambiente

sociofamiliar, levando-o a não mais ser visto como um ambiente educativo de valor. Em décadas anteriores bastava um olhar severo dos pais para que os filhos sentissem-se repreendidos e baixassem a cabeça em sinal de obediência, e por vezes, por medo. Hoje as crianças, desde pequenas, são mais questionadoras, argumentadoras e reivindicadoras, assumindo um papel mais de sujeito que de objeto de sua integração familiar. O grande problema é que tais mudanças não foram acompanhadas por processos pedagógicos válidos, tão somente por discursos disparatados que em nada promovem a aproximação entre as gerações.

Torna-se importante compreender como isso foi se modificando através da história da família desde as épocas mais distantes até o momento atual. Da Idade Média até meados do século XIX as famílias não cuidavam diretamente de seus filhos. A criança ocidental não era esse “sujeito social” como é apresentado hoje. Santos e Chaves citam Aries, salientando que “não havia lugar para a infância no mundo medieval. A imagem da infância não fazia sentido para os adultos, provavelmente por se tratar de um período de transição, que passava rápido e logo era esquecido. Foi a partir do século XVII que se desenvolveu a noção de infância como período de fragilidade, debilidade e inocência (origem do sentimento moderno), o que passou a ensejar preocupações preventivas, quanto às companhias, leituras, linguagem, visando preservar a criança da ‘sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada quando não aprovada entre os adultos.”⁴

Essa menor importância trazia consequências danosas, entre elas um alto índice de mortalidade infantil. Alguns ou mesmo vários fatores contribuíam para o aumento deste índice, destacando as péssimas condições de higiene em que nasciam,

⁴ SANTOS, G. L. e CHAVES, A. M. Significados que as crianças atribuem aos seus direitos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, ago. 2007, vol. 17, nº. 2.

creciam e viviam. Muitas mães, mesmo as das classes mais privilegiadas economicamente, enviavam seus bebês até dois anos de idade para serem amamentadas pelas chamadas amas de leite. Estas nutrizes eram mulheres miseráveis que, na maior das vezes não tinham leite nem para uma única criança, quanto mais para um conjunto de quatro ou cinco...

Se isso ocorria com crianças da elite, é de se imaginar como eram tratadas as mais pobres. Os bebês das casas de caridade eram deixados sozinhos por longas horas, realidade esta que lhes causavam não somente danos físicos, mas, emocionais. Aos 7 anos os meninos eram levados para viverem com outras famílias, onde aprendiam ofícios (profissões). No início do século XVIII, crianças de até 12 anos de idade trabalhavam nas fazendas da Europa por seis horas diárias e as maiores de 12 anos de idade tinham uma jornada diária que variava entre 12 e 14 horas. Até a Revolução Industrial, o homem era o responsável pelo trabalho, que exigia força física para a sua realização, mas com o surgimento das máquinas a mão-de-obra tornou-se menos pesada, possibilitando a sua prática pela mulher e pela criança, nas chamadas *meias forças*. A principal razão para isso é que os salários das mulheres e das crianças era um terço da remuneração oferecida aos chefes de família. Assim, a socialização da criança não era oferecida pela família, mas sim por estranhos, interessados nas vantagens econômicas advindas da exploração da mão-de-obra infantil.

As famílias não se importavam porque não existia um sentimento social em prol da infância. O pouco dinheiro que levavam a suas casas satisfazia a seus pais, que viviam em uma miséria [quase] absoluta. O trabalho infantil só foi proibido porque começou a provocar grande volume de desempregados entre os adultos e mesmo aqui no Brasil o Imperador somente o proibiu porque começou a complicar a presença de imigrantes italianos que não encontravam emprego nas fazendas e nem nas

idades por causa da concorrência desleal (*sic*) provocada pela gama de crianças que eram absorvidas nos labores profissionais.

Nos meados do Século XIX no Brasil, durante os dois primeiros séculos de colonização, o abandono de crianças era algo comum. Os motivos do abandono das crianças eram diversos. As mulheres brancas da alta classe, na condição de *mães solteiras*, eram obrigadas a abandonar seus filhos para não serem estigmatizadas moralmente. Mas havia aí um contrassenso: a criança abandonada era *protegida* e a mãe era poupada da condenação moral. Da mesma forma as mulheres que ficavam viúvas, não tendo como sustentar seus filhos, se viam obrigadas a entregá-los a outras famílias ou em casas de caridade. Esse cenário começa a mudar no final do século XIX, quando a criança passa a ser mais valorizada e amparada. O movimento de educação, que começou a surgir na Europa e alcançou o Brasil, contribuiu para que, além da proteção, a criança tivesse uma educação, ainda que rudimentar. Esse movimento foi influenciado pelas ideias de Johann Heinrich Pestalozzi e Jean-Jacques Rousseau, resultando em escolas infantis que amparavam e educavam as crianças. No final do século XVIII surgiu no leste da França a *Escola de Tricô*, organizada pelo pastor protestante Jean Frederick Oberlin, que aceitava crianças a partir dos 2 anos de idade.

No início do século XIX, Robert Owen organizou na Escócia escolas infantis e uma creche para os filhos das famílias que trabalhavam em moinho. No final do século XIX, Friederich Froebel criou na Alemanha o jardim-de-infância, planejado para o uso lúdico de materiais educativos para manipulação. Mais tarde, no início do século XX, Margaret MacMillan organizou na Inglaterra a escola maternal, cuja filosofia básica era a maternagem, ou seja, lidava com a totalidade da criança, contemplando seus aspectos sociais, físicos, intelectuais e emocionais. Dá-se ênfase nos cuidados infantis por meio da atenção, higiene e vacinação contra varíola, esterilização de

alimentos e pasteurização do leite. Essas medidas contribuem para redução da mortalidade infantil entre o final do século XIX e início do século XX até por volta da década de 1930. Há uma concentração em torno da criança, do seu bem-estar físico e emocional e elas passam a assumir o lugar central no contexto familiar.

Na Baixa Idade Média, as crianças atingiam a maioridade a partir da idade de 11 e 13 anos, respectivamente para meninas e meninos. As decisões tomadas por estes não eram mais questionadas, por exemplo, se um casal com idade mínima como a citada resolvessem viver juntos, a união seria consumada⁵.

Em Roma existia o *Pater Familiae*, onde este era o soberano da família por toda a sua existência. Os filhos só tinham autorização para agirem por seus próprios desejos sob autorização direta de seus pais ou caso fossem emancipados. Os pais podiam deportar, expulsar e até mesmo matar seus filhos mesmo depois de casados, ou seja, detinham poder absoluto sobre o direito de vida e morte de seus filhos. Daí dizer que o pai era o soberano incontestável de sua família, com tal poder que nem mesmo o Estado Romano tinha autoridade sobre a sua quando se tratava de sua família.⁶

Na França, os pais não detinham o poder de vida e morte, mas bastava que uma jovem respondesse sua mãe para que fosse encaminhada ao Bicêtre⁷ e aí permanecesse até sua morte e os rapazes eram destinados ao Salpêtrière⁸, pelos motivos

⁵ Cf. BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1999.

⁶ Cf. COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

⁷ O Bicêtre é um hospital localizado em Le Kremlin-Bicêtre, nos subúrbios ao sul de Paris, França. O hospital Bicêtre foi originalmente planejado como hospital militar e a construção começou em 1634. Em 1823 era chamado de *Hospice de la Vieillesse Hommes*. Em 1885 foi renomeado *Hospice de Bicêtre*. Chegou a ser utilizado como orfanato, prisão, asilo para doentes mentais e hospital.

⁸ O Hospital da Salpêtrière ou Pitié-Salpêtrière (em francês *Hôpital de la Salpêtrière*) é um hospital de Paris construído no século XVII para ser uma fábrica de pólvora (o nome deriva do francês *salpêtre*; em português, salitre, um ingrediente da pólvora), o prédio, foi,

mais torpes, de forma que nenhum jovem ousava afrontar seus pais, porque o castigo era extremamente pior do que a morte. Devido à ocupação e colonização brasileira por povos de origem latina, estes modelos familiares foram tomados e incorporados ao regime. Como no Brasil, os Jesuítas foram quem incorporaram a tradição cristã aos costumes e formação social do povo e principalmente os paradigmas educacionais criados pela patrística⁹ (a ciência dos padres), os filhos pequenos eram punidos em um regime draconiano, porque o principal expoente foi Santo Agostinho e suas considerações acerca das crianças e seu desenvolvimento. Este teórico acreditava que as crianças eram seres indomados que deviam ser castigados a fim de manterem suas posturas. Dizia que assim como uma árvore ainda jovem que pode ser dobrada, a personalidade da criança, como ainda não se encontra formada pode ser moldada de acordo com os desejos e imposições da sociedade vigente. E isto, deveria ser feito por meio de castigos. Porém, tais ações faziam com que as crianças tornassem-se desde cedo vítimas assustadas de seus pais.

Em Esparta, as crianças somente ficavam a cargo de suas famílias até os 7 anos de idade, quando eram tomados pelo Estado e levados a um rígido treinamento militar. Todos os meninos e meninas eram filhos do Estado e não de seus pais. Em Atenas, assim como em Esparta, ficavam a cargo das mães até a idade já referida e depois, os filhos dos escravos eram treinados em ofícios junto a seus pais e os filhos dos aristocratas

quinze anos depois, convertido em depósito de pobres, mendigos, desocupados e marginais diversos, que pudessem perturbar a ordem da cidade de Paris.

Eventualmente serviu de prisão para prostitutas e local para manter afastados da sociedade os doentes mentais, os criminosos insanos, epiléticos e os desvalidos em geral.

⁹ *Patrística* é o nome dado à filosofia cristã dos primeiros sete séculos, elaborada pelos Padres ou Pais da Igreja, os primeiros teóricos - daí "Patrística" - e consiste na elaboração doutrinal das verdades de fé do Cristianismo e na sua defesa contra os ataques dos "pagãos" e contra as heresias. Foram os pais da Igreja responsáveis por confirmar e defender a fé, a liturgia, a disciplina, criar os costumes e decidir os rumos da Igreja, ao longo dos sete primeiros séculos do Cristianismo.

aprendiam as disciplinas curriculares. As meninas filhas dos aristocratas podiam estudar, mediante pagamento, em uma escola feminina que existia no Santuário da Deusa Palas Athená.

Ao longo da história, a relação entre os pais e os filhos sempre foram conflitantes. O simples fato de o Sacerdote hebraico Rei Salomão colocar em suas pregações que os filhos devem honrar seus pais a fim de que permitisse o prolongamento de seus dias sobre a face da Terra, já deixa margens absolutas para uma interpretação acerca de que fim era reservado aos filhos rebeldes.

A família modifica-se através da história; isto configura-se como um fato, mas ela continua sendo um sistema de vínculos afetivos onde se dá todo o processo de humanização do indivíduo por causa das ligações simbióticas que se formam pelo estreito convívio. Um ambiente familiar estável e rico em situações de afetividade parece contribuir de forma positiva para o bom desempenho escolar da criança. Por outro lado, um lar deficiente, mal estruturado, social e economicamente [e o *primeiro pesa sobremaneira sobre as respostas epistêmicas e cognitivas infantis*] tende a favorecer o mau desempenho escolar dos pequenos e por vezes dos maiores, também. Deduz-se, com isto que, quando algo não vai bem no ambiente familiar, o rendimento acadêmico-escolar será também de alguma forma afetado, deixando perceptível que a grande maioria das dificuldades cognitivas apresentadas pelas crianças é consequência de problemas familiares.

FAMÍLIA E SUAS TRANSMUTAÇÕES AO LONGO DOS TEMPOS

A família é uma instituição fundamental da sociedade, e sua estrutura tem passado por diversas transformações ao longo

da história. Essas mudanças são impulsionadas por fatores econômicos, culturais, sociais e tecnológicos, refletindo os avanços e desafios de cada época. Ela não foi sempre da maneira como a conhecemos. Ela teve outras formas e configurações que foram sendo modificadas com o tempo. Entretanto, não é uma tarefa fácil determinar as especificações familiares nos primórdios da humanidade.

Existiu em tempos, não tão remotos, o modelo matricêntrico de família, onde a mãe era a figura central, dominadora e única detentora do poder. Possivelmente a lenda das Amazonas e da Rainha Abelha, esta última na qual Hesíodo inspira-se para escrever suas obras, seja herança deste período. Depois houve o período matrilinear, onde a criança era reconhecida pela linhagem materna, com isto herdando o sobrenome materno, ainda comum em países como a Espanha, onde se tem o ditado de que *a maternidade é sempre certa e a paternidade, sempre uma dúvida*.

Passado este período e com o assentamento colonial das famílias e o advento da revolução agrícola, por assim dizer, o homem torna-se o senhor da família, cabendo às mulheres um lugar de submissão e, obviamente os filhos passaram a ter o pai como seu ídolo supremo, o deus familiar ao qual todos rendiam culto após sua morte.

Nos primeiros tempos da formação deste novo formato do conjunto familiar, vários conceitos eram aceitos como o incesto entre irmãos e parentes próximos, não sendo ele aceito em nenhum momento entre pais e filhos. Assim, era muito comum os irmãos casarem entre si, e tal situação não foi uma mera conveniência... As relações entre os humanos de famílias distintas eram, praticamente, escassas. Cada família estava centrada em seu espaço de terra, separada o máximo possível de seu vizinho e não havia relações como as que conhecemos na atualidade.

Este momento da urbanidade pode ser entendido pelas pessoas que vivem em condomínios cercados por vizinhos que lhes são figuras estranhas e bizarras e ao se cruzarem, por mera coincidência nem ao menos se cumprimentam porque não existe o menor vínculo afetivo ou obrigação moral de tal, mas o que esconde-se sobre esta ausência de obrigação do dever cívico é uma herança remota de um tempo em que negar-se a reconhecer o outro era uma obrigação.

Na Grécia, ter uma família era um dever cívico, punível com o desterro ou com a morte para aqueles que ousassem desobedecer. A constituição de um lar residia na necessidade da *polis* em ter novos membros e manter o culto aos deuses. Este interesse perde-se nos primórdios da história da civilização onde os filhos eram tidos com a obrigação de perpetuarem o culto e os ritos aos mortos, sob pena de despertar sua ira caso tal não fosse feito.

Em Roma, instituiu-se o *Pater*¹⁰ *familiae* ou *Soberano da Família* que se tornou tão poderoso que nem mesmo o César tinha autoridade para interferir em suas decisões. A ele era dado o direito de vida e morte sobre os filhos, ainda mesmo que depois de estes casados, bem como poderia emancipá-los, tornando-os homens, literalmente, livres. No Brasil houve o sistema patriarcal ou família patriarcal a qual tinha um chefe supremo que determinava as normas de vivência para todos os outros. Teve seu auge nos tempos do engenho, do ouro e do café, vindo a perder sua força tão logo entra em declínio as fortunas destes senhores e surge uma nova ordem econômica, aliada ao crescimento da população urbana. Ao longo da história brasileira a família passou por transformações marcantes que se relacionam diretamente com o contexto sócio-econômico-político

¹⁰ *Pater* conforme apresenta Fustel de Coulanges (1830-1889) é uma palavra de origem sânscrita e não latina como querem muitos fazer crer. Sua tradução *ipsis literis* não é pai, como o traduzem, uma vez que com o surgimento do latim vulgar que deu origem às línguas neolatinas traduziram-na conforme seu entendimento que foi “Pai de Família”. (Cf. COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2005)

do país. O Brasil-Colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, identifica-se um modelo de família tradicional extensa e patriarcal, no qual os casamentos baseavam-se em interesses econômicos, em que à mulher, era destinada a castidade, a fidelidade, a subserviência e à reprodução. Aos filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, ao nascer, dificilmente, experimentavam o sabor do aconchego e da proteção materna, pois eram amamentados e cuidados pelas amas de leite.

Com todo este aparato histórico envolvendo a família e seus lapsos, em especial os movimentos modernos que colocam os conceitos tradicionais de família na berlinda, chegando mesmo a ponto dos mais radicais vaticinarem o fim desta como instituição, outros a chamam de instituição falida, por aí adiante. Mas, desde a Grécia Antiga à Idade Média sonhou-se com a abolição da família como conjunto nuclear cerrado. Há uma *profecia* não cumprida de Platão, em sua obra *A República* na qual vaticina que “as mulheres de nossos guerreiros serão todas comuns a todos: nenhuma dentre elas habitará em particular com nenhum dentre eles. Do mesmo modo, os filhos serão comuns e os pais não conhecerão seus filhos, nem estes a seus pais.”¹¹

Nesta proposta do filósofo ateniense, não haveria um conceito de família, mas de clã, onde não haveria a noção de propriedade privada e ademais a ideia de politeísmo, seria um deus único a todos, considerando que seu mestre Sócrates foi um dos mais ferrenhos combatentes da religião políade. Como é fato, a previsão platônica sobre o destino das famílias não se cumpriu. É bem verdade que temos muitos indícios de sociedades poligâmicas (de poligamia¹², união de um homem

¹¹ PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p.184.

¹² *Poligamia*, do grego: muitos matrimônios. É o oposto de monogamia, e consiste no casamento com mais de uma pessoa. Durante a história da humanidade, a poligamia foi

com duas ou mais mulheres) e poliândricas (de poliandria¹³, união de uma mulher com dois ou mais cônjuges) em épocas remotas e na atualidade, em algumas culturas. Em consequência disto, era impossível estabelecer a paternidade em muitos casos [até mesmo para fins de evitar conflitos] e a filiação só era contada a partir da linhagem feminina. Entretanto, mesmo com tais características, pode-se afirmar que havia um caráter nuclear na família. Com o desenvolvimento das economias agrícola e pecuária através dos tempos, a figura paterna foi conquistando importância no cenário socioeconômico, desenvolvendo uma nova forma de família, até chegar à formação nuclear como a conhecemos hoje.

A partir das últimas décadas do século XIX, identifica-se um novo modelo de família. A Proclamação da República, a implantação do Estado Laico, o fim do trabalho escravo, as novas práticas de convivência sociais com o início do processo de industrialização, urbanização e modernização do país constituem terreno fértil para proliferação do modelo de família nuclear burguesa, originário da Europa. Trata-se de uma família constituída por pai, mães e poucos filhos. O homem continua detentor da autoridade e *rei* do espaço público; enquanto a mulher assume uma nova posição e é elevada a um novo patamar: o de *rainha do lar*, *rainha do espaço privado da casa*. Neste sistema desde cedo, a menina é educada para desempenhar seu futuro papel como mãe e esposa, zelar pela

amplamente usada, tendo como principal causa a grande diferença numérica entre homens e mulheres ocasionada pelas guerras.

¹³ *poliandria* (do grego: poly: muitos, andros: homem) entende-se a união em que uma só mulher é ligada a dois ou mais maridos ao mesmo tempo. Segundo Burns (1974) "(a poliandria) parece desenvolver-se sob condições de extrema pobreza, em que vários homens precisam reunir os seus recursos para comprar ou sustentar uma esposa, ou em que o infanticídio feminino é praticado como meio de controlar o crescimento da população. Este último costume não tarda a produzir um excesso de indivíduos masculinos", tal como relatado por Abrahan Kardiner e Edward Preble, em 1969, sobre os povos das Ilhas Marquesas. (Cf. BURNS, Edward McNall, *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Editora Globo, 1974)

educação dos filhos e pelos cuidados com o lar, o que para tanto, não se faz necessário que estude ou tenha profissão.

A família nuclear, biparental ou tradicional como queiram chamá-la, é a estrutura formada por um homem e uma mulher e seus descendentes diretos. Apesar de diversos grupos reivindicarem outros moldes de família, a sua forma nuclear é tão importante a ponto de ser reivindicado o seu direito até mesmo nas uniões homossexuais, tanto a masculina quanto a feminina. O percentual de pessoas que se separam e buscam uma nova união também pode ser considerado como indicativo da importância e do desejo de pertencer a uma família nuclear.

No âmbito legal, a Constituição Brasileira de 1969, em seu artigo 175 e parágrafos 1º, 2º e 3º tratam do assunto da família e esclarece que a mesma é constituída pelo casamento.¹⁴ Já a Carta Magna de 1988, aborda a questão da família nos artigos 5º, 7º, 201º, 208º e 226º a 230º, trazendo algumas inovações (artigo 226) como um novo conceito para ela: união estável entre o homem e a mulher (§ 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (§ 4º). E ainda reconhece que: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (§ 5º).¹⁵ Nota-se a flexibilização do conceito no decurso de menos de duas décadas, colocando o matrimônio não mais como uma *conditio sine qua non* para que seja admitido o respaldo de família.

Decorrente destas e outras mudanças, nos últimos vinte anos, várias outras mutações ocorridas no plano sócio-político-econômico relacionadas ao processo de globalização, em especial na conjuntura econômica acabaram por interferir na dinâmica e estrutura familiar, o que favoreceu a possibilidade de mudanças em seu padrão tradicional de organização. Deve-se

¹⁴ Vide Constituição Federal de 1969, art. 175, parágrafo 1º.

¹⁵ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Gráfica do Senado, 1988.

ter em mente que não foi a família que mudou ou os seres humanos, mas os valores sociais, os costumes e suas formas de serem praticados pela sociedade.

Conforme relata Pereira¹⁶ as mudanças mais evidentes com relação à estrutura e conceitos relacionados à família são:

- Queda da taxa de fecundidade, devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização por meio de programas estatais e melhoria nas condições financeiras, planejamento familiar. Há, ainda, que ter em conta que toda espécie tende a elevar sua taxa de reprodução quando se sente na iminência de desaparecimento ou com risco de tal. Com o ser humano não é nada diferente. Até pouquíssimas eras e mesmo algumas décadas passadas a taxa de mortalidade infantil era absurdamente inacreditável, logo, inconscientemente, as mulheres tendiam a reproduzirem em quantidade elevada a fim de compensar aqueles que, inevitavelmente, iriam morrer. O que ocorreu foi uma melhora significativa nos cuidados com os bebês, condições de higiene, acessos a consultas pré-natais por meio dos programas de governo de proteção à gestante e às crianças recém-nascidas. Com tudo isto, o equilíbrio inconsciente natural voltou a ser ativado, de que o desejo de todo ser vivo que é gerador de vida é dar à luz a um único ser. O fato de os demógrafos trabalharem com a perspectiva de dois filhos por mulher é uma herança instintiva de que pode ocorrer o fatídico azar de um vir a morrer, assim, o casal teria outro que o substituísse, de forma que a perpetuação da espécie estaria garantida.

- Tendência de envelhecimento populacional, ocorrido, principalmente pelos avanços na área das ciências médicas e biomédicas o que permitiu prolongar as expectativas de vida das

¹⁶ PEREIRA, P. A. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

pessoas. Tudo isto aliado aos programas do governo voltados para o atendimento da população.

- Declínio do número de casamentos e aumento da dissolução dos vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento das taxas de pessoas vivendo sozinhas. Com as melhorias proporcionadas pela modernidade, ficou mais fácil viver sem a companhia de outrem. Com isto, as pessoas optam, também, por não terem filhos.

- Aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores, menos tradicionais. Aqui se tem mais uma questão de preconceitos, porque uma vez adulto, as decisões são pessoais e pouca influência sofre da decisão dos pais de terem ou não se casado. Os valores sociais é que foram flexibilizados a partir dos avanços econômicos, não o valor das pessoas, única e definitivamente.

- Aumento do número de famílias chefiadas por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos. Isto aqui é um fato muito marcante porque onera as condições de vida. Por ter que trabalhar, a família monoparental tem de encarregar os rebentos aos cuidados de creches e babás, o que gera custos e anseios. Assim, optam ou por ter um único filho ou nenhum, dado as dificuldades pertinentes.

Entretanto, mesmo após toda esta discussão deve-se evidenciar que tais mudanças não podem ser encaradas como tendências negativas ou sintomas de crise. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que a mesma vem sofrendo a partir das mudanças estruturais nos valores que a sociedade concebe sobre tais e quais assuntos. Por um lado, pode causar problemas, por outro, apresentar soluções. Trata-se de um processo contraditório que ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança individual com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de

segmentos, tradicionalmente, aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras, ou seja, ampliam-se as possibilidades de negociações dentro do contrato social.

Os papéis sociais atribuídos diferenciadamente ao homem e à mulher tendem a serem minimizados e mesmo a desaparecerem não só no lar, mas também no trabalho, na rua, no lazer e em outras esferas da atividade humana. Embora, a cada momento histórico corresponda um modelo de família preponderante, ele não é único; ou seja, concomitante aos modelos dominantes de cada época, existiam outros com menor expressão social, como é o caso das famílias africanas escravizadas. A este respeito, Avellar e Silva¹⁷ relatam que “como um proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens.”¹⁸ Com isto, impuseram um sistema de poliandria às mulheres escravas, o que como o preconceito e a ignorância aliadas ao moral criava o conceito de promíscuas a estas mulheres e a este sistema [*que fora-lhes imposto*] de libertino.

O surgimento de uma determinada tendência não impedia imediatamente o aparecimento de outra, prova disto é que neste início de século [XXI] podemos identificar a presença do homem patriarca, da mulher *rainha do lar* e da mulher trabalhadora, o que não nos permite falar de família, mas de famílias, para que possamos tentar contemplar a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade, e que sempre existiram, porém, agora com o diferencial de que não mais precisam camuflar-se.

¹⁷ AVELLAR, William de Oliveira; SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. A formação da família escrava de etnia africana: uma forma de resistência ao sistema escravista. In: ‘*Usos do Passado*’ - XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006.

¹⁸ Cf. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. v. 1/2, p. 268.

Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito ao significado social da família e qual a sua razão de existência. Quanto a isto é evidenciado no nosso tipo de organização social, o papel crucial da família quanto à proteção, afetividade e educação. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é, publicamente, reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 1990, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 5º, onde rezam:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.¹⁹

¹⁹ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. LEI 8090 de 1990.

O simples fato de ter que ser criada uma lei que amparasse e protegesse a infância já deixa à mostra que a própria família é incompetente no cuidado com seus filhos e que não tem muitos escrúpulos em agredi-los e molestá-los, por motivos diversos.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), em seus artigos 1º, 2º, 6º e 12º, onde rezam, respectivamente:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

(...)

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.²⁰

A lei de diretrizes e bases traz maior clareza sobre como a escola deve comportar-se no trato com a família a fim mantê-la informada e ativa junto às crianças, mas mesmo assim, ambas vivem mancando quando o assunto é o cuidado aos pequenos. Estão todos muito ocupados para atender um ao outro. A escola diz que não tem tempo para ficar à procura de mães desocupadas que não se responsabilizam por seus filhos. Do outro lado, as famílias (as mães, em especial) defendem que a obrigação da escola é cuidar para que os alunos estejam presentes e estudando, uma vez que já recebem para realizar tais serviços. Por fim, quem sai perdendo é a criança, que ao descobrir esta incoe-

²⁰ Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/1996.

rência entre as partes começa a fazer um jogo de manipulação, que geralmente funciona com toda eficácia.

- Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2002), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. E não podemos deixar de registrar a recente iniciativa do MEC – Ministério da Educação e Cultura, que instituiu a data de 24 de abril com o Dia Nacional da Família na Escola.²¹

Este evento é promovido pelo Ministério da Educação, realizado duas vezes ao ano e tem como objetivo sensibilizar a sociedade, pais, professores e diretores para a importância [e *necessidade*] da integração e do acompanhamento dos pais e familiares nas atividades pedagógicas e socioeducativas desenvolvidas pela escola de seus filhos. A ideia é que os estabelecimentos, públicos e particulares, criem uma série de atividades durante esse dia, quando os pais poderão também sugerir maneiras de integrar melhor a escola e a comunidade. A data estabelecida como Dia Nacional da Família na Escola é, geralmente, acertada entre o ministro e secretários estaduais de Educação e representantes da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O primeiro Dia Nacional da Família na Escola ocorreu em 24 de abril de 2001. A proposta surgiu após a divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação de Educação Básica (SAEB), que mostraram melhorias nas notas e diminuição da evasão escolar de alunos cujos pais acompanhavam seu desenvolvimento nas aulas. Para o evento, cada escola define sua programação, de acordo com as possibilidades de diretores, professores, pais e alunos, mas o MEC distribuiu cartilhas com

²¹ Brasil. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10172/2002.

sugestões de atividades. A campanha do Dia Nacional da Família na Escola conta com o apoio das secretarias estaduais e municipais de educação, clubes de mães, centros de voluntariado, além das associações de pais e mestres (APM's).

Esta aproximação faz-se importante, necessária e interessante porque coloca em pé de igualdade as possibilidades e impossibilidades de ambas as partes em promover educação, no sentido estrito da palavra e dentro de suas competências. Ademais, relacionados os sustentáculos formais da relação família/escola/educação, é importante pontuar ainda alguns aspectos: em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Em segundo lugar, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro. E para que isto de fato ocorra é preciso que sejamos capazes de construir uma relação de diálogo mútuo, em que cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, no qual exista uma efetiva troca de saberes, responsabilidades e desejo de efetivação do que for acordado. A capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para recebermos ideias que podem ser [*e garantidamente, são*] diferentes das nossas.

Assim, torna-se fundamental que conheçamos os alunos e as famílias com as quais lidamos. Sobre tudo que conheçamos quais são suas dificuldades, seus planos, seus medos e anseios, ou seja, que características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, do educando a quem atendemos. Estas informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito de nossas ações enquanto educadores, identificar demandas e construir propostas educacionais compatíveis com a nossa realidade [*e com a do*

educando]. Pois, uma atitude de desinteresse e de preconceitos pode danificar profundamente a relação família/escola e trazer sérios prejuízos para o sucesso escolar e pessoal dos educandos.

Enfim, muitos podem ser os significados da palavra 'participar'. É preciso que conheçamos as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que nós educadores esperamos enquanto sua participação na escola. Para tal, precisamos nos despir da postura de juízes que condenam sem conhecer as razões e incorporarmos o espírito investigador que busca as causas para o desconhecido e em seguida apresenta possíveis soluções. Há que ter muito claro que antes de participar da escola, os pais e responsáveis devem fazer-se presentes e participativos na vida de seus filhos.

Na Antiguidade, as famílias predominantemente patriarcais, estruturavam-se em torno da figura masculina, que exercia autoridade absoluta sobre os membros do núcleo familiar. A função principal da família era garantir a sobrevivência econômica e a transmissão de patrimônio, além de perpetuar tradições e valores culturais.

Durante a Idade Média, a família permaneceu como unidade essencial da sociedade, fortemente influenciada pela religião. O casamento era frequentemente arranjado com base em interesses políticos e econômicos, e as crianças eram vistas como pequenos adultos, com obrigações que contribuíam para a economia familiar. O papel das mulheres era restrito ao ambiente doméstico, sendo voltado para a criação dos filhos e a administração da casa.

Com o advento da Revolução Industrial, as famílias passaram por profundas modificações. A urbanização levou ao deslocamento das pessoas para as cidades em busca de trabalho, alterando a dinâmica familiar. O modelo tradicional, com a presença constante dos pais em casa, deu espaço a um novo formato, no qual homens e, posteriormente, mulheres

passaram a integrar o mercado de trabalho. Essa mudança trouxe impactos diretos na educação e no desenvolvimento das crianças, incentivando a criação de escolas e instituições de ensino formal.

No século XX, a família sofreu alterações ainda mais profundas. A inserção feminina no mercado de trabalho, os movimentos pelos direitos civis e o avanço das ciências sociais e psicológicas redefiniram os papéis tradicionais dentro do núcleo familiar. O conceito de família ampliou-se para incluir diferentes configurações, como famílias monoparentais, reconstituídas e homoparentais, refletindo uma sociedade mais plural e diversificada.

Atualmente, a família continua em constante evolução. O avanço da tecnologia e a conectividade digital influenciam as interações familiares, tanto positivamente quanto negativamente. A possibilidade de comunicação instantânea aproximou os familiares que vivem distantes, mas também trouxe desafios relacionados ao tempo de qualidade e à presença efetiva no convívio familiar.

A tendência para o futuro é que a família continue se adaptando às transformações sociais, econômicas e tecnológicas, mantendo-se como base fundamental da sociedade. O respeito à diversidade e a valorização do diálogo são aspectos essenciais para fortalecer os laços familiares e promover um desenvolvimento saudável para todos os seus membros.

Em suma, a família tem passado por significativas transmutações ao longo do tempo, refletindo as transformações da sociedade. De uma estrutura rigidamente patriarcal para uma forma mais inclusiva e flexível, a família segue se reinventando e adaptando-se aos desafios contemporâneos, mantendo-se como pilar essencial na formação dos indivíduos e na construção da sociedade.

FAMÍLIAS: MUDANÇAS ATUAIS - RESPONSABILIDADES ANTIGAS

No passado era possível definir a família como pais, filhos, genros e noras dentre outros parentes vivendo num

mesmo ambiente. Na atualidade isto mudou..., além de muitos pais viverem separados pelo divórcio legitimado ou por forças de trabalho existem outros aspectos como as relações não tradicionalmente usuais de vivências entre os casais, muito embora seja necessário ressaltar que essas mudanças não podem e nem devem ser encaradas como tendências negativas, ou sintomas de *crise*. A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação pela qual vem passando, onde os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher sofreram modificações não só no lar, mas também no trabalho, na rua, no lazer e em outras esferas da atividade humana, o que deixa claro que não se pode mais falar de família, mas de *famílias*, para que se possa tentar aproximar de um entendimento acerca da diversidade de relações que convivem na sociedade atual.

A família continua sendo o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Isto porque as crianças, a despeito de toda a evolução científico-tecnológica, continuam sendo criaturas volúveis, frágeis e incompetentes quando de seu nascimento e primeiros anos de desenvolvimento. A condição de maturação fisiológica e cerebral humana e nem de qualquer outra espécie animal conhecida não seguiu os padrões evolutivos da era cibernética. Portanto, como destaca Dias “a família é um grupo aparentado responsável principalmente pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas. Ela consiste em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção, vivendo juntas ou não por um período de tempo indefinido.”²²

Independentemente do formato ou ideologia pela qual estão unidos formando o *corpus familiaris* as responsabilidades

²² DIAS, Maria Luíza. *Vivendo em família*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 210.

dos pais modernos com relação à educação, manutenção e proteção dos filhos são idênticas àquelas que possuíam o Homem de Neanderthal. Incluindo nesta a obrigação de fazê-lo crescer como indivíduo independente e autônomo. Entende-se que inúmeras dificuldades podem ser encontradas na educação familiar devido aos reflexos que a sociedade emana. Nesta linha de pensamento destaca Augusto Cury que, “hoje, bons pais estão produzindo filhos ansiosos, alienados, autoritários, indisciplinados e angustiados.”²³

Se estiverem produzindo filhos com tais características, já deixa margem para supor que não bons pais... Considerando que a melhor educação que se pode dispensar a uma criança é o bom exemplo dos pais, e, Waldez Ludwig chega ao extremo de afirmar que este não é somente a melhor forma de educar os filhos é a única forma de educação eficiente e eficaz conhecida.

Retoma-se o tema abordado acima, fala-se uma coisa, efetua-se outra. Ensinam aos filhos regras de comedimento, mas agem descomedidamente e isto não é educação que prestigie um desenvolvimento salutar. Há que ter coerência entre o que ensina e o que demonstra por meio de ações concretas... Porque uma vez que a criança tenha princípios sólidos, toda a oferta irá provocar-lhe, porém, os valores introjetados e assimilados irão prevalecer.

Seguindo esta linha de raciocínio, Aparecida e Rebelo, tendo como pressuposto as relações atitudinais por parte da família na educação dos filhos, destacam que encontraram, em suas investigações, três tipos diferentes de pais:

- ✓ “Pais autoritários,
- ✓ Pais permissivos e,

²³ CURY, Augusto Jorge. *Pais Brilhantes, professores fascinantes*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 28.

✓ Pais democráticos. ”²⁴

De acordo com o estudo das autoras, os pais autoritários são aqueles que têm dificuldade de se comunicar com os filhos, além de demonstrarem pouco afeto e serem bastante rígidos, controladores e restritivos em nível de exigência sobre seus filhos. As condutas são avaliadas a partir de rigorosos padrões pré-estabelecidos. Valorizam também a obediência às normas e regras por eles definidas, e não se preocupam em explicar às crianças as razões destas imposições nem consultá-las acerca do assunto. Possuem um perfil de que criança é somente criança, não entende a realidade da vida, portanto, não há razão para esclarecer-lhes muita coisa. Muitas das vezes sua rigidez traduz-se em medo de demonstrar afeto e ser confundido com fraqueza.

Quanto aos pais permissivos, são afetuosos e procuram dialogar com os filhos. Mas possuem dificuldades no controle aos limites, pois são muito tolerantes, chegando até mesmo a serem indulgentes em relação aos desejos e atitudes da criança. É um tipo neurótico de atitude, agindo mais como um mecanismo de compensação e negação de uma atitude que julgava reprovável na educação dada por seus pais. Acaba por criar filhos muito expansivos em suas atitudes e rebeldes e quando adultos tornam-se pessoas com dificuldades de socializarem-se de maneira adequada.

Já os pais democráticos mantêm um equilíbrio no controle das ações, principalmente no que condiz ao amadurecimento, independência, respeito, capacidades e sentimentos de seus filhos. Demonstram afetividade e procuram estimular o senso crítico na criança. Além disto, são flexíveis e conseguem fazer

²⁴ APARECIDA, Rosana; REBELO, Argento. *Indisciplina escolar: causas e sujeitos*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 69.

com que a criança seja disciplinada estabelecendo regras e limites de forma clara e objetiva.

Este seria o ideal de educação que visa a uma formação integral do indivíduo. Mas manter este equilíbrio é sempre uma luta por demais desigual porque nem sempre a medida de carinho dada é suficiente para a criança nem a medida de cobrança e rigidez traduz-se como uma *justa medida* daquilo que se necessita para ter um equilíbrio equânime nos processos educativos familiares. É nítida a diferença das dimensões e estilos de educação familiar onde os pais podem adotar comportamentos diferentes no que tange ao incentivo, desenvolvimento da personalidade da criança, estabelecimento de regras, condutas, relação afetiva, autocontrole *etc.* verifica-se, por fim, que os pais democráticos são os que *[aparentemente]* conseguem efetivar ações educacionais capazes de estabelecer limites e regras de conduta de forma construtiva, afetuosa e com responsabilidade. Lembrando que ser um pai democrático é um ideal a ser alcançado, pois, geralmente a educação familiar oscila ora para o rigor excessivo ora para a permissividade. E tais ações advêm porque a família é regida por um sistema de regras sociais que punem tanto uma como outra atitude. Os pais não possuem carga emocional científica a fim de contrabalançar de maneira equânime os desejos e orientações que o conjunto social impõe-lhes como modelo que considera como ideal. Mas, o que não pode ser perdido de vista é a função parental de preparar os filhos para o convívio em sociedade. E, apesar dos entraves, a educação, tanto na família como na escola, não pode ser mecânica e arbitrária, muito menos funcionar como uma biruta. É preciso ajudar a criança a encontrar significado no aprendizado, proporcionar-lhe uma abertura para a vida. Nesta perspectiva, Chalita destaca que “a responsabilidade de educar

não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família.”²⁵

Todo o processo educativo perpassa pela necessidade de preparação das crianças para atuarem sobre o mundo que as envolve e as espera como cidadãos de direito e isto é desde as tribos mais simples até as civilizações mais complexas e desde os tempos mais remotos sempre houve tipos diferenciados de educação, onde a família, com seu ensino informal preparava os pequenos para os primeiros passos e a sociedade cuidava de formar o restante, fazendo dos instrumentos formais de passagem da vida infantil para a vida adulta, o que nos leva a constatar que a participação entre escola e família, são fatores predominantes de desenvolvimento educacional e comportamental da criança, independentemente do tempo e do espaço em que encontra-se situada.

A família, como célula fundamental da sociedade, passou por inúmeras transformações ao longo da história, mas algumas responsabilidades permaneceram inalteradas. A evolução dos modelos familiares reflete as mudanças culturais, sociais e econômicas, mas os desafios da educação, do cuidado e da transmissão de valores continuam sendo pilares essenciais para a estrutura familiar.

No passado, a família era predominantemente patriarcal, com papéis rigidamente definidos: o homem provia financeiramente, enquanto a mulher cuidava da casa e dos filhos. Esse modelo se manteve por séculos, especialmente em sociedades agrárias e industriais, onde a divisão do trabalho era uma necessidade prática. As responsabilidades dos pais envolviam a manutenção do sustento, a proteção e a formação moral das crianças, garantindo sua inserção na sociedade.

Com a Revolução Industrial e a urbanização, novas configurações familiares começaram a surgir. O ingresso das

²⁵ CHALITA, Gabriel. *Educação: A solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001, p.120.

mulheres no mercado de trabalho, especialmente a partir do século XX, reformulou a estrutura tradicional. A divisão de tarefas domésticas e da criação dos filhos tornou-se um desafio, pois as responsabilidades antigas precisavam ser compartilhadas de forma mais equilibrada. Além disso, o avanço dos direitos civis e das legislações trabalhistas garantiu maior autonomia e participação das mulheres na vida pública.

Atualmente, vivemos uma pluralidade de modelos familiares, incluindo famílias monoparentais, reconstituídas, homoparentais e aquelas formadas por laços de afeto não necessariamente sanguíneos. A tecnologia também trouxe impactos significativos, influenciando a comunicação e o convívio dentro do lar. As redes sociais e a conectividade digital permitem maior proximidade entre os membros da família, mas também podem gerar distanciamento emocional quando mal administradas.

Apesar das mudanças, algumas responsabilidades permanecem inalteradas. Pais e responsáveis continuam sendo os principais agentes na formação moral, emocional e educacional dos filhos. O desafio atual é conciliar essas funções com as exigências do mundo moderno, equilibrando trabalho, vida pessoal e o tempo dedicado à família.

O futuro das famílias tende a ser cada vez mais adaptável às novas dinâmicas sociais e tecnológicas, mas sem perder de vista a necessidade de fortalecer os laços afetivos e a responsabilidade de preparar as novas gerações para um mundo em constante transformação. O diálogo, o respeito e a valorização do convívio familiar são aspectos que se revelam fundamentais para garantir que, independentemente das mudanças estruturais, a essência da família continue a cumprir seu papel essencial na sociedade.

O SURGIMENTO DA FAMÍLIA MODERNA E SEUS PARADIGMAS

A família moderna é o resultado de um longo processo de transformações históricas, sociais e culturais. Ao longo dos séculos, a estrutura familiar passou por mudanças significativas, deixando para trás modelos tradicionais baseados na autoridade rígida e na divisão inflexível de papéis para adotar formatos mais dinâmicos e adaptáveis à sociedade contemporânea.

O conceito de família, inicialmente, era pautado na estrutura patriarcal, onde o pai exercia autoridade absoluta sobre a esposa e os filhos. Na Idade Média, a família estava fortemente ligada a questões econômicas e políticas, funcionando como uma unidade produtiva e de transmissão de heranças. Com a chegada da Revolução Industrial, a urbanização e a migração

para os centros urbanos enfraqueceram esse modelo tradicional, dando início a uma nova concepção de família.

No século XX, fatores como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a consolidação dos direitos individuais e as mudanças nos costumes redefiniram os paradigmas familiares. A família deixou de ser exclusivamente nuclear, composta por pai, mãe e filhos, para abranger diferentes formações, incluindo famílias monoparentais, reconstituídas e homoparentais. A flexibilização dos papéis de gênero e a valorização da afetividade tornaram-se características marcantes da família moderna.

Os desafios enfrentados pela família contemporânea são inúmeros. O avanço da tecnologia e das redes sociais impacta as relações interpessoais, exigindo um novo equilíbrio entre presença física e conexão virtual. Além disso, o conceito de educação parental evoluiu, priorizando o diálogo e o respeito mútuo em vez da obediência irrestrita.

Os paradigmas da família moderna incluem a busca por igualdade entre seus membros, o respeito às diversidades e a adaptação às novas demandas sociais e tecnológicas. O modelo familiar continua em constante evolução, refletindo os valores e necessidades da sociedade. A tendência é que a família do futuro seja cada vez mais plural, flexível e baseada na cooperação e no afeto, mantendo sua essência como núcleo fundamental da formação do indivíduo e da sociedade.

Com o passar dos tempos, a família nuclear moderna transforma-se em família pós-moderna, cuja característica é não ter mais um modelo definido ou padrão único, ou se preferir dizer um modelo idealizado ao qual todos desejam comparar-se, não obstante, o modelo biparental (homem-mulher) ainda seja predominante na sociedade atual.

Desde a mais obscura idade do homem, nas sociedades pós-revolução agrícola que o membro do sexo masculino é o representante da força no lar. Era ele quem era responsável por buscar a proteína para a prole por meio da caça, quem garantia

a segurança da casa, quer seja guerreando quer seja defendendo estes dos inimigos domésticos e dos animais ferozes. Mesmo nas tribos africanas, onde a mulher tinha um papel preponderante na administração da casa e da propriedade o seu discurso não imiscuía o macho (o pai) de sua responsabilidade parental junto aos filhos e cobrava destes o justo e devido respeito a ele. Havia toda uma tradição a ser seguida e respeitada à risca.

Dentre as atitudes *comuns* no conceito moderno de família moderna, pode-se elencar:

- ✓ Relações sexuais pré-conjugais entre os futuros consor-
tes;
- ✓ Maior índice de gravidez na adolescência;
- ✓ Aumentos de divórcios e das uniões sucessivas;
- ✓ Redução do número de filhos;
- ✓ Diminuição da importância das tradições familiares;
- ✓ Aumento da individualidade dos componentes do núcleo
familiar;
- ✓ Dificuldade na definição dos papéis familiares;
- ✓ A mulher no mercado de trabalho e a menor importância
para os trabalhos do lar;
- ✓ Menor nível de comunicação entre cônjuges, entre pais e
filhos e entre irmãos;
- ✓ Crianças com maior capacidade de argumentação.

Esses aspectos tornam as famílias dos dias atuais bem diversificadas e com características muito particulares e difíceis de encaixar em um padrão de análise sociológica. Há que considerarem que tais mudanças são produtos de conflitos de todas as ordens, essencialmente, políticos, que na iminência de estarem na esteira da manutenção do *statu quo*, afrouxam as normas sociais que a tradição impôs aos indivíduos durante décadas, séculos e por vezes milênios.

As transformações pelas quais a família passou desde a Antiguidade até a considerada pós-modernidade culminaram nos modelos familiares atuais. A configuração familiar tida até pouco tempo como “modelo padrão”, formado pelo homem, casado com uma mulher e pais de filhos e filhas, ainda existe em maior percentual na sociedade atual - estima-se que será maioria por muitas décadas -, entretanto perdeu o *status* de “modelo único” e mesmo de modelo ideal.

Sob o ponto de vista social, os modelos pós-modernos são:

Família bi-parental - também chamada de tradicional, é aquela formada pela manutenção da união entre esposo e esposa. Este tipo de família é o ideal para a formação intra e extra psíquica da criança. Pois, “a primeira esfera de identidade, a mais espontânea e natural, é aquela que liga a criança à família. A família surge como uma comunidade social e cultural de afetos e laços que constituem uma importante parte do fundamento moral das escolhas futuras do indivíduo. A natureza complexa dos relacionamentos intra-familiares conduzem ao implemento de valores socialmente válidos para a sociedade política democrática: solidariedade, tolerância, respeito pelo semelhante, responsabilidade, sentimento de pertença, auto-controle, entre outros.”²⁶

Do ponto de vista psicológico este também se configura como um modelo familiar ideal para o desenvolvimento integral da criança, porque esta necessita de identificação tanto com o pai quanto com a mãe. Há que internalizar os valores inerentes a cada sexo.

²⁶ GAMBÔA, Eugéne. *Família biparental, a melhor salvaguarda das crianças*. Disponível em: www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=60227. Acessado em 20/09/2013.

Família mono-parental - tem um único elemento parental, o pai ou a mãe.

Está tornando-se fato recorrente esta modalidade familiar, mas o seu grande problema é a criança criar valores muito unilaterais porque não tem um objeto contrário, no caso, a mãe para conflitar comparar os valores apresentados e, por vezes, impostos pelo pai ou vice-versa.

Família mista - formada de pessoas vindas de famílias anteriores.

Nem sempre funciona como esperado, porque uma das partes (o marido ou a esposa) jamais irá aceitar de bom grado este intruso que habita seu lar e a criança percebe tal coisa. Por mais que as pessoas tentem negar, os atos falhos denunciam seus preconceitos e a negação contra o(a) filho(a) do outro, sem contar que a própria criança entende tal situação e não vê-se como um figura legitimamente reconhecida.

Família mista cruzada - formada pela união de pessoas vindas de famílias anteriores e que, pelo divórcio ou simples separação, decidem constituir um novo núcleo formado com elementos das famílias anteriores, com troca parental.

Surge neste complexo familiar um problema dos filhos de ambos encantarem-se uns com os outros e terminarem em namoro ou o contrário estranharem-se e terminar em briga. Em neutralidade há uma proporção muito pequena de tal situação encerrar-se, o que ao fim leva a distúrbios *intra*-familiares porque as paixões de adolescentes tendem a serem muito voláteis e ambos estão sob o mesmo teto e desabafando aos mesmos terapeutas de plantão. Sabendo que cada parte estará coberta de razão, em pouco tempo a briga estende-se aos pais e demais

irmãos que não aceitarão tal situação de confronto. Tem-se aí uma arena de guerra...

Ao analisar os modelos familiares acima citados pode ser que alguém tenha a inocência de correr o risco da busca do mito da família perfeita, ou risco de, para usar um termo mais técnico, pretender a análise de tais modelos pelos parâmetros da família funcional ou família disfuncional. Assim é interessante a afirmativa de Zimmermann de que “se a expressão ‘casamento perfeito’ for levada ao pé da letra, então ele não existe. Assim como não existe nada que seja totalmente perfeito. No entanto, muitos casamentos, sem dúvida, podem perdurar em um predominante clima de felicidade e de conquistas conjuntas.”²⁷

Há que ter em vista que casamento é uma união consensual entre duas pessoas com desejos e ilusões distintas que decidiram, por livre e espontânea vontade, viverem juntos e assim constituir um lar e uma família. À medida que aparecem os rebentos, surgem outras situações de conflito que nem sempre nenhum dos dois ou um dos dois estão em condições de lidar com ela. Casamento e família são duas coisas, extremamente, distintas e de tal forma deve ser tratada sob pena de cair em desastre.

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada no ano de 2007 apresentou percentuais informativos importantes que retratam o perfil socioeconômico da família brasileira. Segundo o estudo, caiu o número de famílias pobres no Brasil com rendimento inferior a meio salário mínimo. Famílias com esse perfil econômico eram 31,6% em 1997 e 23,5% em 2007. A redução deu-se principalmente no Nordeste. Em geral, os brasileiros estão 10% mais ricos (3,5 salários mínimos *per capita*). Também se detectou um aumento do percentual de casais em que ambos

²⁷ Cf. ZIMMERMAN, D. E. *Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

têm rendimento. Ainda do ponto de vista econômico, a pesquisa mostrou que a mulher adia a fecundidade em virtude do maior acesso à educação e ao mercado de trabalho. Quanto à qualidade de vida, os números mostram que o brasileiro vive mais e tem cada vez mais menos filhos; Há 16% de casais sem filhos e 10,5% dos brasileiros têm mais de 60 anos. Para as mulheres a média é de 76,5 e para os homens é de 69 anos.

Sobre a configuração familiar brasileira, o IBGE apurou que aumentou o convívio, numa mesma família, de duas ou três gerações diferentes e que quase a metade das famílias brasileiras segue o modelo tradicional nuclear. Cresceu o número de homens que criam os filhos sozinhos, chegando a quase 10% da população. Por outro lado aumentou o índice de taxa de nupcialidade legal (casamento de papel passado) e as separações judiciais consensuais diminuíram nos últimos tempos. Notou-se também que as mulheres se casam cada vez mais cedo: na faixa de 20 a 24 anos de idade. No caso dos homens, na faixa de 25 a 29 anos de idade.

A pesquisa mostrou também o crescimento no número de casamentos entre indivíduos divorciados e cônjuges solteiros (maior parte de homens que se casam com mulheres solteiras). O trabalho apontou que 60% dos casais que se divorciam têm pelo menos um filho, indicando o crescimento do número de famílias reconstituídas.

Tem-se que a família atual vive um momento especial dentro do que se declara de pós-modernidade. Embora as transformações nos modelos familiares sejam constantes e aconteçam gradativamente através dos séculos, as duas últimas décadas parecem acelerar ainda mais as mudanças. Hábitos, valores e opiniões sofreram acentuadas transformações nos últimos vinte anos. Houve um afrouxamento nos valores sociais, que agora são mais tolerantes aos impactos advindos das mudanças nas estruturas antes consideradas como tradicionais.

CONCEPÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA

Desde os primeiros instantes de nascido o homem recebe a influência e a afetividade da atmosfera familiar. Consequentemente, a vida afetiva de uma pessoa tem uma longa trajetória pela educação nos convívios familiar e social. A educação do contexto familiar influencia no desenvolvimento da autoconfiança da criança, formando-a e constituindo-a, enquanto ser humano completo. Os anseios, os desejos e as expectativas familiares que envolvem a criança, promovem bem-estar e equilíbrio quando dosados e colocados à disposição de maneira correta.

Todo educador sabe que o apoio da família é crucial no desempenho escolar. Segundo um estudo publicado no *Journal of Family Psychology*, da Associação Americana de Psicologia, as crianças que freqüentam festas e reuniões familiares têm mais saúde, melhor desempenho escolar e maior estabilidade emocional. E mesmo o SAEB/99 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), apontou que nas escolas que contam com a parceria dos pais, onde há troca de informações com o diretor e os professores, os alunos aprendem melhor.

A maior parte dos educadores atribui aos pais a origem dos problemas de disciplina e apontam como fatores o novo modelo familiar, no qual os adultos permanecem pouco tempo em casa, ou ainda aquele que apresenta uma organização diferente da tradicional. Assim, muitas crianças vão à escola para ser educadas e algumas, para ser criadas.

Para Macedo “um erro comum é achar que a falta de disciplina é sempre do outro. Fala-se muito que as crianças de

hoje não têm limites. É verdade. Mas nós, adultos, também não temos. Em uma sociedade como a nossa, um dia se almoça de manhã, outro dia de tarde, outro dia enquanto se fala ao celular. Nós é que não temos rotinas para organizar a vida das crianças. Entendemos os motivos da nossa “indisciplina” porque sabemos que para muitas pessoas a regularidade se tornou impossível. Mas, se nós não somos disciplinados, por que esperamos um comportamento regular das crianças, como se fosse uma coisa natural, espontânea, quase herdada? Podemos conquistar o aluno para um projeto de disciplina conseguindo a admiração dele. Em sua origem, a palavra disciplina tem a ver com discípulo. Discípulo é uma pessoa que tem alguém como modelo e se entrega pelo valor que atribui a essa pessoa. Com o tempo, perdeu-se o elemento de referência que havia antigamente. Isso tem de ser novamente conquistado, pouco a pouco, pelos dois lados.”²⁸

A participação dos pais na vida escolar dos filhos representa um papel muito importante em relação ao seu bom desempenho em sala de aula. De modo paralelo, também o diálogo entre a família e a escola favorece sobremaneira à construção do conhecimento por parte do aluno, o que denota que a criança e seus genitores mantêm entre si e com a aprendizagem uma ligação muito íntima e profícua.

Mas, as relações entre seres humanos nem sempre são fáceis. E, para inibir casos em que situações desgastantes ocorram, devemos nos acercar de duas poderosas armas: o diálogo e o respeito. Tanto alunos, os pais destes, professores e funcionários que trabalham diariamente conosco são seres humanos, e sabemos perfeitamente que os dias para as pessoas não são todos iguais: existem aqueles em que parece que nada do que fazemos dá certo, que ninguém nos entende, que

²⁸ MACEDO, Lino de. *Disciplina é um conteúdo como qualquer outro*. Por: Márcio Ferrari (Revista Nova Escola) MAIO, 2012, s.p.

ninguém nos ama, e que o mundo todo conspira contra nós a fim de nos derrubar. Assim, é normal que homens, mulheres e crianças tenham dias considerados ruins, onde a irritabilidade impera, sendo que esses momentos precisam ser respeitados.

Desta forma, para que a escola não se torne um campo de batalha, devemos nos conscientizar da importância de duas atitudes: conhecermos a fundo nossas emoções, controlando as sempre que for necessário, e entendermos os momentos de fragilidade de quem convive conosco, procurando, desta maneira, evitar todo e qualquer momento negativo, porque “nos primeiros trinta segundos que estamos tensos, cometemos os piores erros, nossas piores atrocidades. No calor da tensão, seja amigo do silêncio, respire fundo.”²⁹

Além disso, os educadores precisam parar momentaneamente suas atividades e refletir sobre as práticas que mantém, pois a construção do conhecimento se dá pela reflexão. A escola não pode ser um lugar onde o erro não seja permitido e onde só é valorizado o aluno que consegue tirar boas notas. Sabemos que se trata de um processo delicado e que exige muitos cuidados, mas precisamos rever o que aprendemos em nossa formação, pois o mundo mudou e ainda vai continuar mudando. Portanto, também precisamos mudar, nos contextualizando com essas transformações diárias. O professor deve estar em um constante fazer e refazer, propondo, questionando, avaliando, inovando... Porém, sua ação não pode dar-se a esmo, necessita ser planejada e refletida com esmero.

O aluno necessita de incentivos e estímulos. É necessário que conheça sua situação em relação a si mesmo e em relação aos seus colegas e professores. Por sua vez, as informações que os familiares do educando devem receber deverá ter um

²⁹ CURY, Augusto Jorge. *Pais Brilhantes, professores fascinantes*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.76.

caráter educativo: a partir desses dados os pais poderão estimular ainda mais seus filhos em seu dia a dia escolar.

A referência básica necessita ser o processo pessoal do educando, a fim de que se perceba claramente o que se poderá fazer para ajudá-lo, instaurando-se um diálogo capaz de envolver família e escola. Outro fato relevante com referência às informações sobre os alunos é a sua privacidade. Estas informações necessitam ser usadas unicamente para contribuir para o progresso tanto do estudante como do professor: aos professores para que possam adaptar o ensino às necessidades do aluno e para que valorizem seu esforço, e ao aluno para que se conscientize de sua situação e analise seus progressos, retrocessos e envolvimento pessoal. Assim, não é justo e nem útil que esse conhecimento se proclame indiscriminadamente aos quatro ventos, o que, com certeza, não levaria a um diálogo construtivo.

Por exemplo, é costume sacramentado as informações sobre a aprendizagem dos alunos serem as mesmas tanto para eles, como para os professores, pais e administração da escola, geralmente vindas em forma de boletins de notas. Porém, uma escola que presta atenção à diversidade e que busca a formação integral da pessoa precisa propor formas diferentes de informação, cada qual destinado a um segmento envolvido no processo educativo, onde o diálogo entre pais, mestres e alunos é devidamente valorizado.

Assim que, é conveniente que aos professores sejam disponibilizados todos os dados que permitem conhecer cada passo seguido pelo aluno em seu processo de aprendizagem, visando determinar suas necessidades e, a partir daí, propor novas medidas educativas. A equipe docente precisa ficar a par de tudo o que se refere a cada aluno em particular, obtendo dados sobre o processo seguido, resultados obtidos, medidas específicas utilizadas e qualquer incidente significativo que ocorrer. Desta forma, a escola poderá garantir a continuidade e a coerência no percurso do aluno.

Os registros de acompanhamento dos alunos necessitam ser construídos ao longo do processo de ensino e de aprendizagem, pois a avaliação é integrante dos mesmos. A sua elaboração requer, portanto, um processo contínuo e constante. É durante o processo que o/a professor/a registrará as necessidades de cada aluno e o que fez para auxiliá-lo a superá-las. Além disso, para que se instaure um clima de diálogo na escola e para bem realizar o seu trabalho ao longo do ano, é válido que o professor sugira leituras específicas e adequadas, promova reuniões de estudo, organize momentos em que haja efetiva troca de ideias e experiências com colegas e com o grupo em geral, estimulando e oportunizando o crescimento de todos, visando manter a hegemonia de pensamentos e ações da comunidade escolar.

Ele precisa também se manter permanentemente atualizado, realizando leituras da área educacional, bem como assuntos da contemporaneidade, uma vez que suas ações e orientações não podem incorrer no campo do achismo e de meias certezas. Desta forma, dialogando bem em seu próprio meio, a escola terá maiores condições de dialogar com êxito com seus pais.

Ainda falta uma proximidade real entre família e escola. Uma aproximação que vá além do ato de deixar a criança ficar na porta do estabelecimento ou este encontrar os familiares do aluno somente em dias de festividade ou entrega de resultados. Urge instaurar uma relação que garanta verdadeiramente a criança e ao jovem estudante a certeza de que sua família e a escola em que estudam comungam dos mesmos valores, apesar de, em certos momentos, usarem meios diferentes para atingir a mesma finalidade: a construção do conhecimento por parte do educando.

No mundo complexo em que se vive a missão é realmente desafiadora, pois se tem o compromisso de introduzir, de lançar o educando em um espaço público, em um universo de

muitas incertezas, onde, muitas vezes, nem sabemos o que está certo ou o que está errado. Pensando desta forma, vemos que o conhecimento se amplia e que cada aula dada por nós é uma grande oportunidade de crescimento, tanto nosso como o de nossos alunos. Mas, para que isso ocorra a contento, é necessário diálogo: o professor constrói a sua história se comunicando, e é imprescindível que tenhamos essa capacidade de representar o mundo através de várias linguagens de expressão. Trata-se de uma caminhada árdua e cheia de obstáculos, mas ser educador é isso mesmo: aquele que assume a força de suas ideias e não se abate diante das barreiras surgidas, aprimorando, constantemente, métodos para vencer estes desafios, dialogando com seus alunos e com a família destes.

A família, em termos de ator social, foi a grande esquecida na trajetória de ação da maioria dos programas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. Sua importância e seu papel estratégico ainda não foram suficientemente compreendidos e valorizados. A causa positiva para a qual a família deve ser convocada a trabalhar e lutar para a educação de seus filhos, não pode ser outra senão a da criação de condições, que contribuam para que cada criança e cada adolescente, que passem pela escola, tenham sucesso na sala de aula e na vida. Para que eles tenham sucesso na sala de aula e na vida, não basta garantir-lhes uma vaga na escola. É preciso muito mais que isso. Por isso a nova noção corrente, o novo sentido comum do que seja o direito à educação deve compreender o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças e adolescentes na escola.

A partir da assimilação do novo conteúdo, abrangência e alcance do direito à educação, cabe aos pais atuar em duas frentes:

- A participação nos mecanismos de co-gestão da escola;

➤ A atuação junto aos seus próprios filhos, através do desenvolvimento de atitudes favoráveis ao sucesso escolar das crianças e adolescentes.

A participação dos pais nos mecanismos de co-gestão da escola está estreitamente relacionada com:

1. A autonomia da escola e a democratização de sua gestão são metas políticas que devem ser perseguidas com denodo e afinco;
2. Um processo de maturação lenta e difícil. Afinal, não se muda uma cultura organizacional, sedimentada ao longo de séculos, de um dia para outro;
3. A elaboração desse nível de participação depende fundamentalmente do grau de consciência e de engajamento dos pais na busca de ampliação da participação dos cidadãos na formulação e controle das ações do poder público diretamente dirigidas a suas famílias.

No cotidiano não existem os extremos da integração e da (des)integração totais. Existe um conjunto de situações intermediárias, que podem assumir as mais diversas configurações, em termos de natureza e de grau. Sem pretender nem de longe esgotar essas possibilidades, vamos elencar algumas delas:

➤ Tipo 1: Trata-se de uma relação burocrático-formal. Os pais matriculam seus filhos, pedem transferência, são chamados para receber reclamações ou convocados para alguma atividade regimental. As autoridades locais, vez por outra, são convidadas a participar de alguma cerimônia em ocasiões especiais;

- Tipo 2: Trata-se de uma relação de natureza tutelar. Os pais são vistos pela escola como uma extensão dos seus filhos, isto é, também como educandos. É alvo pela escola de um trabalho constante de informação, esclarecimento, motivação, orientação, de modo a se tornarem mais cooperativos no processo de educação escolar de seus filhos;
- Tipo 3: Trata-se de uma relação pragmático-utilitária. A escola vê na comunidade e nas famílias fontes de bens e serviços destinados a suprir suas deficiências e necessidades. Pais e lideranças comunitárias são envolvidos em mutirões, campanhas, quermesses e promoções de todo tipo, visando melhorar as condições de funcionamento da escola.
- Tipo 4: Trata-se de uma relação plenamente participativa. Os pais são chamados a compartilhar decisões e responsabilidades com os educadores da equipe escolar, atuando de maneira (co)operativa no encaminhamento de solução para os problemas levantados.

Cada um desses tipos, ao invés de excluir, inclui e ultrapassa os anteriores. Na verdade, esses quatro tipos não esgotam as possibilidades existentes. No dia a dia, essa relação pode assumir as mais diversas configurações, ficando sempre, porém, situada em algum ponto dessa escala.

Enquanto a vertente da participação dos pais nos mecanismos de gestão da escola exige uma consciência e um engajamento como cidadãos por parte dos pais, o enfoque desenvolvimento de atitudes favoráveis ao sucesso escolar dos filhos exige única e tão somente amor materno e paterno.

Participar nos mecanismos de gestão escolar historicamente tem sido uma tarefa realizada por uma fração reduzida, porém, mais sensível, consciente e comprometida dos pais, que

se dispõem a protagonizar esse papel, enquanto a grande maioria atua tão somente como coadjuvante ou mero espectador.

Já o desenvolvimento de atitudes favoráveis ao sucesso escolar dos filhos, não depende do grau de consciência cidadã e de engajamento político-social dos pais, mas, fundamentalmente, do amor pelos filhos e do desejo natural e irreprimível de que eles tenham sucesso na sala de aula e na vida. Trata-se, pois, de uma iniciativa de educação familiar, visando à melhoria do desempenho escolar de nossas crianças e adolescentes.

O valor profundo de uma iniciativa deste tipo reside no fato de ela levar a luta por educação de qualidade para todos ao cerne mais precioso e recôndito da vida familiar: o amor dos pais pelos filhos. Mais do que uma racionalidade ética, econômica e político-social, o que passará a pulsar na raiz das iniciativas por mais e melhor educação no Brasil será o amor de cada pai e de cada mãe do Brasil por seus filhos e filhas. O compromisso ético, a vontade política, a adesão dos diversos segmentos da sociedade, a motivação dos professores, técnicos, diretores e funcionários das escolas, o envolvimento dos alunos e a participação das famílias constituem um conjunto de fatores subjetivos capaz de influenciar, construtivamente, numa profunda mudança no modo de ver, sentir e cuidar da educação.

Mas, afinal, o que representam as tão faladas atitudes favoráveis ao sucesso das crianças na sala de aula e na vida? Representam um conjunto de iniciativas e reações que, por palavras, gestos, olhares, observações, sorrisos, conselhos e outras formas de expressão, possibilitem aos pais, tios, avós, padrinhos e amigos fornecer às crianças e adolescentes elementos capazes de permitir-lhes estabelecer uma relação positiva, harmoniosa e saudável com a escola, através da assimilação profunda do seu significado para a realização do seu querer-ser. Em palavras mais simples, são uma forma de relacionamento que prepare a criança e o adolescente para

encarar a escola com mais confiança e menos medo de enfrentar e vencer os desafios que ela introduz em seu dia-a-dia.

A relação entre família e escola é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento educacional e social das crianças e adolescentes. Ao longo do tempo, essa parceria tem passado por transformações, influenciadas por mudanças culturais, sociais e tecnológicas. A integração entre esses dois núcleos é essencial para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

Historicamente, a família era a principal responsável pela educação dos filhos, transmitindo valores, crenças e conhecimentos necessários para a vida em comunidade. Com o surgimento das instituições escolares, esse papel passou a ser compartilhado, e a escola assumiu a função de ensinar conteúdos acadêmicos, enquanto a família permaneceu encarregada da formação moral e emocional. Contudo, essa divisão de responsabilidades nem sempre ocorre de maneira equilibrada, resultando, em alguns casos, em um distanciamento entre os dois ambientes.

Atualmente, a colaboração entre família e escola tem sido cada vez mais incentivada, pois estudos demonstram que a participação ativa dos pais no processo educacional melhora o desempenho escolar, a autoestima e a motivação dos alunos. No entanto, desafios como a falta de tempo dos responsáveis, dificuldades socioeconômicas e até mesmo o desconhecimento sobre como contribuir para a educação formal podem dificultar essa parceria.

As escolas, por sua vez, precisam adotar estratégias para fortalecer essa relação, promovendo uma comunicação aberta e acessível com as famílias, oferecendo espaços para diálogos e incentivando a participação dos pais em eventos e atividades escolares. O uso da tecnologia, como plataformas digitais e

aplicativos educacionais, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para aproximar esses dois núcleos.

O desafio atual é garantir que a relação família/escola seja baseada na cooperação e no respeito mútuo, buscando sempre o melhor para o aluno. A educação é um processo coletivo, e quando escola e família atuam em sintonia, o aprendizado se torna mais significativo e completo. Assim, o fortalecimento dessa parceria é essencial para a construção de uma sociedade mais equilibrada e com cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Sabendo que a educação familiar e escolar complementam-se, faz-se necessário que cada parte envolvida no processo assuma seu papel e cumpra-o com a devida responsabilidade. Portanto, os professores necessitam do auxílio dos pais no cumprimento das tarefas que os filhos têm tanto na escola quanto as que são levadas para casa, pois uma criança que adquire disciplina e cumpre horários apresenta maiores possibilidades de ser um adulto responsável. Pensando nisto, as escolas devem procurar aproximar a família da escola, não só nas datas comemorativas promovidas pela entidade, mas em todos os momentos, fazendo com que a família encare-a como continuidade de sua casa, em termos de responsabilidade e como parte integrante da comunidade onde está inserida.

A família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, além disso, no seu interior são absorvidos os valores éticos e humanitários, é onde aprofundam e estreitam-se os laços de solidariedade e afetividade. É também em seu interior que são construídas as marcas entre as gerações e são observados valores culturais e criados e infundidos os valores morais.

Atualmente, a sociedade é influenciada pela economia capitalista e pela globalização, portanto, caracteriza-se pelo culto à superficialidade e ao consumo, que se pode denominar de “o

culto do subjetivismo”, em que atitudes individualistas superpõem-se aos valores tradicionais que embasam a constituição e a solidez da família, do caráter e dos princípios éticos, cabendo neste assunto a colocação de Vasconcelos de “que a concentração de renda e a ânsia do consumo apontam consequências no meio familiar como: ‘O homem trabalha mais; a mulher vai para o mercado de trabalho; a preocupação com o desemprego; há menos tempo (sobretudo qualitativo) para a família.’”³⁰

Mas, mesmo com tantas dificuldades, na concepção de Gabriel Chalita “a família tem a responsabilidade de: ‘formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. A família é um espaço em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo não tem preço.’”³¹ É por meio destes encontros que o conjunto familiar vai agregando-se e tomando a solidez exigida para a devida formação das crianças, sabendo que a responsabilidade pela educação dos filhos é dos pais, cabendo ao Estado por meio da escola dar continuidade a este trabalho. Se a família abdica deste dever o que pode-se esperar é o caos e suas consequências, porque é no conjunto familiar que, por meio do diálogo podem-se construir conhecimentos voltados para a atuação na sociedade, onde o respeito a si e ao outro, os princípios éticos e de conduta no ambiente social são assimilados. Desta forma, o diálogo é o principal instrumento para se conseguir fazer com que o educando/filho aprenda.

Por meio da troca de experiências e conhecimentos, pais e filhos podem construir juntos uma educação repleta de valores necessários para a vivência no mundo atual. Percebe-se duas realidades contraditórias nas famílias: ou a ausência de regras, ou a imposição autoritária de normas. Muitas vezes, por um

³⁰ VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7ª ed. São Paulo: Liberdade, 1989.

³¹ CHALITA, Gabriel. *Educação: A solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001, p. 20.

medo interno de não serem aceitos, os pais acabam não estabelecendo e/ou não fazendo cumprir os limites, levando a uma relação muito permissiva. Outras vezes, sentindo necessidade de fazer alguma coisa, mas não tendo clareza, acabam impondo limites, sem explicar a razão. A superação desta situação pode ser alcançada pelo diálogo, com afeto e segurança, chegando a limites razoáveis, evitando condições de não ceder diante da insistência infantil. De tal modo que na constituição de regras e limites no ambiente familiar, faz-se necessário, através do diálogo, que os pais expliquem as causas de suas imposições para que a criança possa entender os motivos delas terem sido criadas. É necessário que o educando entenda o que está sendo proposto como algo melhor para ele, portanto, a explicação sempre faz-se necessária.

É importante, ainda, frisar que a família autoritária perpetua a sociedade autoritária e faz permanecer na mente de seus membros os ideais de obediência e submissão, de cópia sem questionamentos dos padrões estabelecidos. Mas, querer o melhor para os filhos não significa jamais facilitar-lhes demais as coisas, evitar-lhes desapontamentos, impedir que assumam senso de responsabilidade pelo que fazem. Existe uma diferença em fingir que algo feito de modo errado não aconteceu, acobertando a falha e estimulando a irresponsabilidade. O amparo emocional é essencial e o elogio precisa sempre acompanhar o crescimento, mas existe diferença entre “proteger” e “superproteger”.

A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família quando a criança está em seu interior e esta deve preparar o jovem para atuar com liberdade, mas sem perder a responsabilidade sobre seus atos. É papel de a família contribuir para uma boa formação de caráter dos seus filhos, repassando os valores éticos e morais, sem eximir da sua responsabilidade o papel de educadora. Se muitas vezes a criança não demonstra ter princípios éticos e morais que

são cobrados pela escola, acredita-se que a família deixou de trabalhar esses pressupostos para apresentar-se um bom comportamento; diante disto, é preciso que a escola possa suprir tal carência. Mas, não se pode perder de vista que os valores sejam transmitidos de pai para filho por meio do próprio exemplo, considerando ser este um fator primordial na aprendizagem da criança.

Quando se preserva valores morais e sociais; quando se demonstra interesse ao próximo, quando se é justo, honesto, equilibrado, assertivo nas atitudes, por modelação tender-se-á a formar filhos e alunos também justos, honestos, equilibrados e interessados em perpetuar os valores sociais ensinados e apreendidos porque as atitudes tomadas pelos pais afetam diretamente na aprendizagem da criança, mesmo quando seus genitores não percebem que isto está acontecendo, como mencionam Nolte e Harris ao defenderem que “as crianças são como esponjas”³², absorvem tudo o que os adultos fazem e tudo o que dizem. Aprendem com eles o tempo todo, mesmo quando não se tem “conta de que está a ensinar”.

Assim, quando se adota um comportamento crítico – reclamando delas, dos outros e do mundo em torno, está-se mostrando como condenar e criticar os outros. Está-se a ensinar a ver o que está errado no mundo, e não o que está certo.

A criança sempre estará atenta à mensagem enviada por meio do exemplo de comportamento de seus pais. Apesar de ser normal tomar atitudes de irritação e crítica de vez em quando, ainda que os filhos estejam ouvindo, o importante é não fazer destas ações, atitudes rotineiras no meio familiar. Pois, “se as crianças vivem ouvindo críticas aprendem a condenar.”³³ Portanto, as possibilidades de aprendizagem de crianças e jo-

³² NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. *As criança aprendem o que vivenciam*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Sextante: 2003, p. 15.

³³ NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. *As criança aprendem o que vivenciam*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Sextante: 2003, p.15.

vens dependem da qualidade de mediações e exemplos dos adultos a que ela seja exposta em seus vários e incontáveis momentos da vida.

Um destes momentos é a participação na vida escolar dos filhos que é de suma importância para o desempenho do aluno, pois quando os pais acompanham a criança em todo o seu processo de desenvolvimento educacional, esta se sente valorizada e importante na vida de seus pais. Tais sentimentos somente contribuem para o seu aprendizado. Existem muitas maneiras dos pais participarem deste processo, sendo que algumas contribuições tornam-se muito relevantes como o auxílio nas tarefas escolares, o incentivo a leitura e o seu envolvimento nos eventos pedagógicos ocorridos na escola. As políticas públicas (voltadas para a educação) pouco têm conseguido fazer pela formação de educadores reflexivos, sendo impedidas por seus próprios mecanismos burocráticos, fazendo, às vezes, o jogo inverso dessa prática educativa. A família acompanha e reage a todo este movimento, estando, porém, pouco consciente: vai à escola participar, opinar e reclamar somente quando a crise da política educacional preocupa seus interesses [*particulares*]. Não se dão conta, no entanto, da sua parcela na produção dos problemas dos quais apresentam queixas, nem de suas dimensões. É função da escola fazer um trabalho com os pais, que propicie a discussão dos interesses coincidentes, bem como dos conflitantes.

Existe um relativo consenso de que a temática *Família e Escola* se refira a uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as instituições. E esta é, realmente, uma relação sujeita a conflitos de diferentes ordens. Nos dias atuais pode-se ver este conflito observando a tênue distância formada entre o adulto e a criança. Nos últimos anos houve um crescente apelo feito pelos governos de países desenvolvidos, para que os pais passem a acompanhar a vida escolar dos filhos. E o Brasil não ficou alheio a essas

tendências mundiais; também aqui, tem-se presenciado iniciativas governamentais que vão na mesma direção. O Ministério da Educação (MEC) lançou, pela televisão e com o auxílio de artistas famosos, o “Dia Nacional da Família na Escola”, que deveria realizar-se, a cada semestre, nos estabelecimentos públicos de ensino. A programação do evento deveria ficar a critério de cada estabelecimento, mas o espírito da proposta era de que se estabelecesse, nesse dia, um trabalho em parceria com os pais. Além de um *kit*, contendo cartaz, folder, adesivos da campanha etc., o MEC distribuiu, nas escolas públicas, uma cartilha intitulada “*Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças*”, que fornece sugestões de como as famílias podem, no cotidiano doméstico, contribuir para a formação dos filhos, em casa, por meio de atividades de extensão da sala de aula.³⁴

Entre dezembro de 2004 e janeiro-fevereiro de 2005, o Ministério da Educação veiculou, em todo o território nacional e também através da mídia eletrônica, uma campanha publicitária conclamando as famílias brasileiras, usuárias da escola pública, a receber em seus domicílios os pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a responder suas perguntas acerca da opinião e do grau de satisfação com relação ao serviço público escolar que recebem no Ensino Fundamental e Médio.

Em todos os casos, ao que parece, a razão principal das ações estatais associa-se a uma estratégia de promoção do sucesso escolar, uma vez que inúmeras pesquisas vêm demonstrando a influência positiva, sobre o desempenho acadêmico, do envolvimento parental na escolaridade dos filhos, o que contribuiria, a termo, para a redução das taxas de evasão e de repetência.

³⁴ SILVA, Sonia das Graças Oliveira. *A Relação Família/Escola*. [2006] Disponível em <www.artigonal.com>. Acesso em 25/01/2012.

Olhando do ponto de vista da sociedade civil, encontram-se hoje, igualmente, bastante difundidos uma ideologia da colaboração e um discurso – tanto por parte dos profissionais do ensino, quanto por parte dos pais – que pregam a importância e a necessidade do diálogo e da parceria entre as duas partes, em nome de um ajustamento e de uma coerência entre as ações educativas produzidas por essas duas agências de socialização. É crescente o número de estabelecimentos de ensino nacionais e estrangeiros que integram a seus projetos político-pedagógicos iniciativas que abrem aos pais a possibilidade de intervir, em certa medida, nas decisões e no funcionamento das escolas.

Quanto às famílias brasileiras, sondagem realizada pelo IBOPE, em dezembro de 2000, com base em consulta a 2000 (duas mil) pessoas de todo o País, revelou que 97% dos pais ouvidos se disseram favoráveis a visitas frequentes à escola dos filhos; 93% acham importante acompanhar a vida escolar da prole e pedem pelo menos oito reuniões anuais com os professores. Isso significa, por um lado, que as famílias estão desejosas de participar ativamente da vida escolar dos filhos, e que começam a enxergar essa participação como um direito democrático. Por outro, significa também que a contrapartida do Estado vem se dando no sentido de incentivar tal envolvimento e de criar mecanismos para que ele possa ser viabilizado.

Do ponto de vista da escola, envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por parte da escola ou do sistema de ensino.³⁵

³⁵ CARVALHO, M. E. P. de. *Family-school relations: a critique of parental involvement in schooling*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

A política de participação dos pais na escola gera concordância imediata e até mesmo entusiasmada: parece correta porque se baseia na obrigação natural dos pais, aliás, mães; parece boa porque sua meta é beneficiar as crianças; e parece desejável porque pretende aumentar tanto a participação democrática quanto o aproveitamento escolar. Além disso, tem eco na tradição cultural da classe média, especificamente na crença de que a família influencia a política escolar (a qualidade do ensino), sobretudo no contexto das escolas particulares, onde a relação entre pais-consumidores e diretores-proprietários-produtores é direta e a dependência mútua é clara. Entretanto, além de condições e disposições dos pais para participar, a política de incentivo a sua participação na escola (particularmente no contexto da escola pública) pressupõe aquilo que ela quer construir: continuidade cultural e identidade de propósitos entre famílias e escolas.

Em que circunstâncias as professoras necessitam da cooperação dos pais? Se elas têm condições de trabalho satisfatórias e se os/as estudantes aprendem, não há necessidade de chamar os pais. Não é bem assim que as coisas funcionam. Os filhos devem ver, por meio do exemplo, que seus pais respeitam seus mestres. As professoras recorrem aos pais quando se sentem frustradas e impotentes - quando os/as estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento, com as quais elas não conseguem lidar. Culpam a família (a ausência dos pais) pelas dificuldades dos estudantes porque têm sido culpadas (implícita ou explicitamente) pelas autoridades escolares, pela mídia e até pelos próprios pais e mães pelas deficiências do ensino e pelo fracasso escolar. Além disso, carecem de instrumentos teóricos e práticos para desenvolver uma crítica social, institucional e pedagógica efetiva, devido às próprias condições adversas de vida e de trabalho - que as levam contraditória e simultaneamente mover a aprendizagem dos/as estudantes e avaliá-los segundo o modelo

da reprovação. Com isto transferem uma culpa do sistema para os alunos. Os pais/mães tampouco necessitam participar da educação escolar dos/as filhos/as quando estes/as vão bem na escola, e preferem confiar nas professoras e deixar para elas a tarefa de ensinar o currículo escolar. A suposição aqui é que a colaboração dos familiares, na forma de reforço escolar em casa, não é condição necessária para a aprendizagem e o sucesso escolar, e que há alunos e alunas que aprendem sem auxílio extraclasses. Ledo engano, porque ainda que a criança seja um autodidata, há a necessidade natural de troca de saberes, a fim mesmo de validar e consolidar seus conhecimentos. Não se trata, única e simplesmente, de oferecer auxílio pedagógico, se não um suporte psicológico, uma ajuda para que o estudante possa se auto ajudar, criar maior autonomia a partir da autonomia ofertada pelo outro.

Segundo Macedo, hoje em dia, a maioria das famílias não tem um adulto com tempo disponível para fiscalizar o dever. A própria criança acaba tendo que aprender a administrar essa tarefa e, se necessário, ela pede socorro. A autonomia é uma conquista, um aprendizado complexo e longo pelo qual as crianças desenvolvem a disciplina para dar conta de suas tarefas. Por um lado, as relações entre pais/mães e filhos/as em casa podem ser mais agradáveis e relaxadas quando não envolvem exigências escolares, testes e dever de casa. Por outro lado, para os pais/mães, interessar-se pela educação dos filhos e filhas não significa cuidar apenas da parte acadêmica, isto é, do sucesso escolar, pois a educação, do ponto de vista da família, comporta aspectos e dimensões que não estão incluídas no currículo escolar. Em suma, se há concordância acerca do conteúdo, método e da qualidade do ensino oferecido pela escola, isto é, apoio tácito dos pais/mães, e aprendizagem satisfatória dos filhos/as, isto é, convergência positiva do aproveitamento individual e da eficácia escolar, tudo vai bem nas relações família-escola. Mas, se os resultados são insatisfatórios

ou deficientes, seja em termos individuais ou institucionais, ou se há conflitos entre o currículo escolar e a educação doméstica, então há problemas. Portanto, a relação família-escola, basicamente, depende de consenso sobre filosofia e currículo (adesão dos pais/mães ao projeto político-pedagógico da escola), e de coincidência entre, de um lado, concepções e possibilidades educacionais da família e, de outro, objetivos e práticas escolares. A relação família-escola também será variavelmente afetada pela satisfação ou insatisfação de professoras e de mães/pais, e pelo sucesso ou fracasso do/a estudante.³⁶

Veja o que diz os Artigos 12 e 13 da LDB da 9394/96, cerca do rendimento individual do aluno:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do

³⁶ MACEDO, Lino de. *Disciplina é um conteúdo como qualquer outro*. Por: Márcio Ferrari (Revista Nova Escola) MAIO, 2012.

Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.³⁷

Ocorre que família e pais não são categorias homogêneas e as relações entre famílias e escolas, pais/mães (e outros responsáveis) e professoras/professores também comportam tensões e conflitos. Algumas famílias e pais/mães participam mais do que outras; e se as professoras, por um lado, desejam ajuda dos pais, por outro lado, ressentem-se quando este envolvimento interfere no seu trabalho pedagógico e em sua autoridade profissional. O ideal é que haja entre ambos o devido respeito, a cada parte cabendo o seu determinado grau de responsabilidade.

A participação dos pais na escola está relacionada ao desempenho escolar do estudante, ou seja, quanto maior o envolvimento destes na educação dos filhos e filhas, maior o

³⁷ BRASIL. *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96*. Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal. 1998.

aproveitamento escolar; mas em caráter conflituoso e filosófico tem-se de considerar as condições materiais e culturais das famílias e a disponibilidade de seus responsáveis.

Infinitos são os compromissos inerentes à escola no ato de educar, até porque se trata de uma instituição cujo objetivo maior é a educação, em sentido amplo. Assim, como em todas as áreas de atuação, também nas escolas torna-se imperativo planejar, construir seu Projeto Político Pedagógico, definir com muita clareza os objetivos que pretende alcançar no curto, médio e longo prazos, estabelecer critérios de avaliação e progredir, cada vez mais, no processo educacional de seus alunos. Além disto, cabe aos atores do processo educacional tomar consciência de suas ações, proporcionando momentos de interação, afeto e compreensão das diferenças encontradas no espaço escolar, viabilizando a inclusão de todos os educandos para que estes possam sentir-se qualificados para uma aprendizagem satisfatória e qualitativa. Nesta perspectiva, ressalta Esteve que “no momento atual o professor não pode afirmar que a sua tarefa se reduz apenas ao domínio cognitivo. Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos (...).”³⁸

Portanto, na atual conjuntura pensar em educação é pensar na influência exercida de um ser para outro; é pensar na promoção de um aprendizado moral e intelectual dentro de um processo sem qualquer forma de coação onde o educador apela para a vontade do educando e conquista-lhe a adesão. Educar traduz-se, pois, em elevar, estimular a busca da perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral de

³⁸ ESTEVE, Júlia Maria. Mudanças sociais e função do docente. In: NÓVOA, António. *Profissão Professor*. Porto: Ed. Porto, 1995, p. 100.

formação do ser, garantindo que o processo educativo é e sempre será uma relação de indivíduo para indivíduo.

Considera-se que a escola mediante um trabalho educativo eficiente e eficaz, tenha condições de demonstrar a possibilidade de constituir-se em um espaço de superação das necessidades e problemas por meio da aplicação de projetos pedagógicos que venham favorecer a valorização tanto da informação como da formação de seus educandos, utilizando como metodologia o resgate dos conhecimentos acumulados permitindo a construção de novos conceitos e desenvolvendo o ato de pensar e construir sobre o mundo.

Mas, é na escola que também se trabalham os valores e a ética. Por isto, repensar o papel da escola e a importância da qualidade implica mudanças nas características pessoais e profissionais das pessoas envolvidas e comprometidas com a educação. É possível observar que o desenvolvimento de uma organização escolar seja através do desempenho e da atitude de pessoas em direção a uma gestão da própria escola. Nesse sentido, é imprescindível aumentar o índice de participação das pessoas nas atividades escolares e tornar a escola uma Instituição estritamente autônoma e democrática. Porque a formação para a cidadania inicia-se pelo próprio exemplo da escola, em ampliar seus espaços para que todos os integrantes da comunidade escolar (pais, alunos, professores, membros do corpo administrativo e pedagógico, funcionários) possam sentir-se motivados a participar. Tal participação não pode partir apenas da presença em reuniões e do simples fato de comparecer a festas e a outros eventos promovidos na escola, mas estar presente na própria ação educacional.

A escola como um novo modelo, tem condições de ampliar o mundo dos alunos, convidando-os a olhar suas experiências com outra lente, que não seja somente a familiar, o que alterará os significados já conhecidos. Ela tem, então, mais fortemente, a responsabilidade da apresentação de conceitos e

conteúdos herdados da cultura clássica, pois, muitas crianças só terão acesso a esta herança, através de sua passagem pela escola, que deve então, abrir caminhos de acesso à cultura de maneira igualitária para todos. Assim, ao buscar este caminho, existe o consenso acerca da influência dos processos educativos e culturais na criação e prática de critérios, valores e representações ocorridos na escola. Por isso, a afirmação dos princípios de equidade, solidariedade, respeito à vida e aos direitos humanos precisa tomar parte no Projeto Político Pedagógico da instituição.

Uma das grandes e necessárias responsabilidades da escola é ter seu próprio Projeto Político Pedagógico, já que segundo Libâneo este documento “consiste em dar um sentido, um rumo, às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilidade da atividade educativa.”³⁹ Este documento traduz os valores do grupo, suas intenções, seus objetivos compartilhados, estabelecem prioridades, define caminhos e, portanto deve ser construído com a participação de toda a comunidade escolar, inclusive da família porque será este o documento que irá conduzir todo o trabalho educativo na escola, articulando-se também com as práticas avaliativas exercidas pela instituição.

Dentro de tais perspectivas, a prática avaliativa é uma das formas mais eficientes de verificar se a aprendizagem está ocorrendo entre os estudantes, podendo ser positivas ou destrutivas de suas possibilidades de desenvolvimento, pelo poder que encerra e pela importância que tem enquanto mecanismo de inclusão ou exclusão social, através das marcas burocráticas e legais impregnadas na sua utilização. Se junta a tais argumentos a necessidade dos pais envolverem-se no

³⁹ LIBÂNEO, José Carlos *et al.* *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003, p.346.

processo educativo por meio de auxílio nas tarefas escolares, incentivo à leitura e presença efetiva na escola.

AUXÍLIO NAS TAREFAS ESCOLARES

Um aspecto que atualmente tem sido alvo de muitas controvérsias, principalmente entre pais e educadores é o auxílio às tarefas que a escola envia. Poucas escolas, educadores ou crianças falam bem e de forma construtiva dessa “tarefa”. Parece que a lição de casa está envolta em uma sombra que gera muita emoção negativa e precisa ser clareada. Ela é, ou tem sido, em muitas escolas e famílias uma tarefa que não tem servido para nada e não é responsabilidade de ninguém especificadamente.

Muitas famílias e professores têm dificuldade em definir o real objetivo das tarefas de casa, pois, na grande maioria, entraves como: os alunos a executam somente para “ganhar pontos”; os pais é que realizam os deveres pelo filho já que estes não sabem como fazê-lo; é feita de forma mecânica, como algo forçado e obrigatório; o professor não esclarece seus reais objetivos; a tarefa é imposta para castigar o aluno. Portanto, apesar dos problemas encontrados, algumas alternativas são evidenciadas por alguns autores. Nos estudos de Vasconcelos é possível se constatar que “quando solicitado à ajuda no estudo, procurar chamar atenção ao que é fundamental, ao que é mais significativo; não fazer ‘questionário’ para o filho decorar perguntas e respostas. Orientar para que a criança se preocupe em compreender o que estuda e não em decorar.”⁴⁰

Já nas pesquisas de Tiba verificam-se algumas propostas para os pais auxiliarem nas tarefas dos filhos, tais como “a

⁴⁰ VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989, p.127.

criança deve estudar em voz alta e evitar decoreba. Num quarto com TV, internet, telefone ou qualquer outro atrativo, torna-se sonífero ler somente com os olhos. Não é justo com a mãe ou com qualquer outro adulto ler para a criança. O importante é que ela mesma descubra ou lembre o que deve ser feito. Afinal, ela é responsável pela lição de casa.”⁴¹

Deste modo, fazer lições pelo filho, enfeando a própria letra, é prejudicial tanto para o desenvolvimento cognitivo da criança como para a própria autoestima dela. A professora precisa saber o que a criança consegue ou não fazer na lição de casa para poder avaliar os motivos desta dificuldade.

A lição de casa não deve servir como um problema no ambiente familiar, mas com o objetivo de fazer com que o aluno possa pensar, resolver, refletir, colher dados, pesquisar, a fim de reforçar o que foi ensinado em sala de aula. Neste assunto, Parolin reforça a ideia de que o estudante tem que saber que, “possui compromissos e necessita aprender a realizá-los.”⁴²

Mas, na realidade em suas pesquisas com pais e alunos, o que a autora tem observado é que em muitos casos, os deveres enviados pelos professores evidenciam um grave erro, ou seja, “tarefas óbvias que têm como função apenas a repetição de atividades já realizadas na escola, com a intenção de fixar conhecimentos, ou desenvolver hábito de estudo, porém com temas desvinculados da vida.”⁴³

Portanto, é possível constatar a necessidade de haver uma reflexão por parte da escola em implantar a tarefa de casa, não como algo já enraizado nos estabelecimentos escolares e a serviço apenas do reforço do que foi dado em sala de aula desprovida de significados, como destaca a mesma autora que,

⁴¹ TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. 8ª ed. São Paulo: Editora Gente, 1996, p.272.

⁴² PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007, p.69.

⁴³ PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007, p.69.

“(...) Como um instrumento de aprendizagem. E que as aprendizagens advindas dessa ‘tarefa’ sejam todas benéficas, promotoras de autonomia, provocadoras de reflexões e conhecimento e, sobretudo, com temperatura emocional mais baixa e com mais luz para todos nós!”⁴⁴

Desta forma a lição de casa precisa ser esclarecida e bem formulada pelos professores para o desenvolvimento da aprendizagem, responsabilidade e autonomia da criança, e principalmente para que provoque nela uma reflexão sobre o que está estudando.

O INCENTIVO À LEITURA

Quanto à prática da leitura, sabe-se que o ato de ler acontece muito antes de a criança saber codificar e decodificar os signos linguísticos. Desta forma, é na família, um espaço de orientação e construção da identidade de um indivíduo, que se deva promover o ato de ler para que, ao ser incorporado nas mediações domésticas, construa o gosto pela leitura.

A promoção do ato de ler pode ser transmitida no âmbito do letramento familiar, pois essa responsabilidade não pode ser

⁴⁴ PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007, p.69.

delegada somente à escola, deve ser uma parceria entre biblioteca escolar/escola e família.

Para Soares, “ler para os filhos também é importante fonte de prazer, pois, ao mesmo tempo em que se oferece algo valioso para as crianças (a nossa presença), lhes brindamos com a possibilidade de ‘viajar’ pelo mundo pelas páginas de um livro. Assim, desde pequenos, associarão leitura a momentos prazerosos, o que funcionará durante os primeiros anos de vida mais ou menos como uma ‘propaganda para a mente.”⁴⁵ Os pais que estimulam a leitura ensinam os filhos a reconhecer o ambiente em que vivem e a desenvolver atitudes que os influenciarão durante a vida adulta, como confiança, respeito mútuo e compreensão.

A PRESENÇA DOS PAIS NA ESCOLA

Quanto maior for à parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente, de acordo com Parolin que “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições.”⁴⁶

⁴⁵ SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

⁴⁶ PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007, p.36.

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação brasileira e nas Diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 1990. Algumas destas constatações podem ser verificadas em publicações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reza que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”⁴⁷

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) em seu artigo 12º abrange os deveres da família como uma das responsáveis pelo desenvolvimento educacional da criança, bem como a escola em criar processos de articulação com a família, além de mantê-la informada sobre sua proposta pedagógica e outras informações como frequência e rendimento do aluno. Mas também destaca alguns princípios necessários no processo educacional da criança:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁴⁸

Desta forma, verifica-se que a educação pode ocorrer, tanto no lar como em outras instituições formais, como na escola e no trabalho. Além de esta ser uma obrigação tanto do Estado

47

⁴⁸ BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998, p.13.

como também da família. Hoje, graças à legislação, as resistências estão sendo combatidas para que a família e escola venham a se unir nas decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes, principalmente daqueles que desafiam os docentes, exigindo deles maior dedicação e capacidade de confronto e resolução de conflitos.

A família deve manifestar interesse pelas atividades que os filhos realizam na escola, como expressão de sua preocupação pela atuação da instituição e de seu apoio a ela, de acordo com López os pais:

“- Devem manter contatos periódicos com os professores para ter conhecimento constante do processo educativo;

- Prestar a colaboração que lhes for exigida por parte dos professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, tanto no campo acadêmico estrito como no mais amplo das atitudes e dos hábitos de comportamento que se pretende fomentar como parte do projeto educacional da escola.”⁴⁹

Portanto à família requer o acompanhamento, não somente, da aprendizagem da criança, mas ao tipo de educação que lhe é fornecida no ambiente escolar. Em decorrência disto, ambas podem se interagir e trabalhar em prol do processo ensino aprendizagem da criança. Numa escola onde a democracia seja defendida o exercício da cidadania seja uma realidade, torna-se eficaz a participação da família, como destaca Gadotti “a gestão democrática da escola implica que as comunidades, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores, e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores

⁴⁹ LÓPEZ, Jaime Sarraconi. *Educação na família e na escola*. São Paulo: Loyola, 2002, p.77.

dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.”⁵⁰

Desta forma, verifica-se a importância do envolvimento da família na própria ação pedagógica da escola. Os pais devem interagir-se com os professores não somente nas reuniões pedagógicas, mas em outros momentos como na construção do Projeto Político Pedagógico, na participação de uma aula, entre outros, como evidencia Vasconcelos “participar da vida na escola (Conselho de escola, Associações de Pais e Mestres, reuniões, grupo de mães, grupos de reflexão, acompanhamento de alunos, reforço escolar, *etc.*). Os profissionais pais podem colocar suas especialidades a serviço da escola ex.; pais médicos, professores, pedreiros, marceneiros, esportistas, artistas, psicólogos, advogados, nutricionistas, dentistas, engenheiros, eletricitistas, encanadores, pintores, *etc.*”⁵¹

Compartilhar da vida escolar da criança, além de fator importante para que o aluno se sinta valorizado e proficiente para o aprendizado, possibilita em inúmeros momentos oportunidades que podem ser sugeridas pela escola a fim de que a família venha a se integrar no processo de aprendizagem da criança.

⁵⁰ GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993, p.17.

⁵¹ VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7ª ed. São Paulo: Libertade, 1989, p.128.

ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ATRAIR OS PAIS

A participação ativa dos pais no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento educacional e social dos alunos. Quando a família e a escola atuam em parceria, o aprendizado se torna mais significativo e eficaz. No entanto, muitas instituições enfrentam desafios para envolver os responsáveis no cotidiano escolar. Para superar essas dificuldades, diversas estratégias podem ser adotadas para atrair os pais e fortalecer essa relação.

Uma das principais estratégias é a promoção de uma comunicação eficaz e acessível. Manter os pais informados sobre o progresso dos filhos, eventos e atividades escolares através de reuniões presenciais, aplicativos educacionais, redes sociais e e-mails fortalece a conexão entre família e escola. O uso da tecnologia pode ser um grande aliado nesse processo, permitindo um contato mais direto e frequente.

Outra abordagem importante é a realização de eventos e atividades que incentivem a presença dos pais na escola. Feiras de conhecimento, palestras, oficinas, apresentações culturais e esportivas são excelentes oportunidades para aproximar os

responsáveis do ambiente escolar. Essas iniciativas mostram aos pais que sua participação é valorizada e essencial para o sucesso acadêmico de seus filhos.

Além disso, a escola pode criar espaços de acolhimento para os responsáveis, promovendo encontros periódicos para discutir desafios e compartilhar boas práticas na educação dos filhos. Grupos de apoio, reuniões temáticas e formações sobre temas educacionais ajudam a fortalecer a confiança entre escola e família.

Por fim, é essencial que a escola demonstre empatia e compreensão com as dificuldades enfrentadas pelos pais. Flexibilizar horários de reuniões, disponibilizar canais de atendimento acessíveis e incentivar um ambiente acolhedor são medidas que podem facilitar a participação da família no processo educativo.

A atração dos pais para o ambiente escolar não deve ser vista apenas como uma obrigação, mas sim como uma oportunidade de criar uma comunidade mais engajada na formação das crianças e adolescentes. Quando escola e família trabalham juntas, os benefícios são refletidos no desempenho acadêmico, na autoestima e no desenvolvimento integral dos alunos.

As reuniões entre pais e professores desempenham um papel fundamental no processo educacional, funcionando como um elo entre a escola e a família. Esses encontros proporcionam uma oportunidade para que ambos os lados compartilhem informações sobre o desenvolvimento acadêmico e comportamental dos alunos, alinhando expectativas e estratégias de apoio.

Na relação família/escola, uma sempre espera algo da outra. E para que isto de fato ocorra, a escola, como instituição formadora de cidadãos atuantes e de local onde os profissionais da educação trabalham, é preciso que ela seja capaz de construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, onde

cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, onde exista uma efetiva troca de saberes.

Nos momentos de interação entre escola e família é preciso conceber que a capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e para tal faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para se receber as ideias que podem ser diferentes, mas complementares.

Uma situação que merece uma reflexão por parte da escola é a comemoração do dia dos pais e mães pelo fato de haver hoje em dia um grande número de pais separados e de filhos sem saberem quem são seus genitores, entre outros aspectos voltados para estas comemorações, como evidencia Vasconcelos (1989, p. 78) que “para comprar um presente, nem todos possuem condições econômicas; e segundo, que muitos dos nossos alunos não sabem quem é o pai, outros, quem é a mãe, pois moram com os avós.”⁵²

Assim, esta realidade familiar pode acarretar para a criança situações bem delicadas que, conforme o autor cabe à escola refletir, antes de submeter à criança uma comemoração que não faz parte da vida do educando, como destaca o mesmo autor “a escola não deve se render á tradição e insistir em fazer festas para comemorar essas datas, pois a realidade da criança é outra. O trabalho nesse sentido deve existir, ou seja, deve-se mostrar que existem diferentes tipos de família, que nem esse nem aquele tipo é certo; porém, continuar com uma tradição que não condiz com uma realidade atual é fechar os olhos para as mudanças.”⁵³

Sendo assim, ao detectar o tipo de família dos alunos, cabe à escola adaptar a sua realidade ao mundo vivido pelos

⁵² VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. Ed. São Paulo: Libertade, 1989, p. 78.

⁵³ VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. Ed. São Paulo: Libertade, 1989, p. 79.

educandos, além de manter sempre o aluno esclarecido sobre as ações a serem tomadas no que condiz às comemorações referentes aos membros da família e, principalmente, das reuniões escolares.

Outro aspecto a ser considerado é a revisão das práticas das reuniões de pais: que sejam mais formativas e menos informativas, que atendam necessidades emergentes dos pais captadas pela escola. Cabe escola nos seus momentos de reunião com a família, esclarecer o seu planejamento pedagógico a fim de fazer com que esta possa se integrar e auxiliar no alcance dos objetivos. Além disso, torna-se importante ressaltar para os pais a importância de família e escola serem parceiras no processo de aprendizagem da criança. Nesta perspectiva, cabe à escola fazer com que a participação dos pais nas reuniões resulte num melhor conhecimento das metas escolares, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade. Mas é importante também que os pais sejam ouvidos, onde suas expectativas, dúvidas, reclamações e sugestões em relação à escola sejam democraticamente conhecidas pelo setor administrativo e pedagógico. Tais ações somente propiciarão um clima de trabalho favorável e participativo entre pais e escola.

Além disto, as reuniões também podem ser momentos de informar os pais sobre o andamento do processo educacional da criança, pois de acordo com Tiba que “a escola percebe facilidades, dificuldades e outras facetas na criança que em casa não são observadas, muito menos avaliadas.”⁵⁴

Assim, a criança que estiver com problemas, sejam eles, comportamentais ou em relação aos conteúdos curriculares, receberá ajuda, tanto da escola quanto dos pais para superá-los.

⁵⁴ TIBA, Içami. *Quem ama educa*. São Paulo: Gente, 2002, p.182.

IMPORTÂNCIA DAS REUNIÕES ENTRE PAIS E PROFESSORES

A participação ativa dos pais nas reuniões escolares fortalece a parceria entre família e escola, criando um ambiente mais propício ao aprendizado. Quando os pais estão envolvidos, eles compreendem melhor os métodos de ensino e podem apoiar seus filhos de maneira mais eficaz em casa. Além disso, essas reuniões permitem que os professores conheçam melhor o contexto.

A colaboração entre família e escola é essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos, pois estabelece um objetivo comum: a aprendizagem. Quando pais e educadores trabalham juntos, criam um ambiente propício ao aprendizado, promovendo o crescimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

Cada turma possui características próprias, mas todas têm muito que aprender e também a ensinar. Assim como a grande maioria das famílias é participativa e dedicada, mas, por vezes, nota-se uma dificuldade maior por parte de alguns pais em expressarem os seus sentimentos, o que os leva a não se envolver ativamente das atividades propostas.

O compartilhamento que deve haver entre pais e professores propiciam a formação de elos que serão sedimentados em sólidas bases de confiança mútua e respeito, sem os quais a possibilidade de êxito fica extremamente comprometida.

Como já dito, o Projeto Político Pedagógico e o regime escolar, geralmente dão grande ênfase à responsabilidade que os pais têm de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e, por isso, abrem espaço para que os familiares visitem, frequentemente, a escola, conversem com os professores e participem das reuniões e eventos em geral. Este elo de proximidade entre família e escola contribui para que a educação familiar e a educação escolar se complementem, que estejam abertas ao diálogo e ao entendimento visando trabalhar juntas para superar dificuldades encontradas.

Esses encontros entre pais, professores e alunos mostram-se valiosos e produtivos. Estas oportunidades podem levar ao envolvimento e ao comprometimento de todos. Além disso, é muito gratificante perceber que as famílias envolvidas nas práticas propostas começam a acreditar nas suas capacidades e em seu poder de tornar a vida uma experiência maravilhosa, cheia de realizações. Essas pessoas passam a gostar mais de si mesmas, sentindo-se úteis e valorizadas, contribuindo, servindo e cooperando e, também, estando felizes por participarem de uma sociedade disposta a mudar e a evoluir.

Todas as ações da escola devem ser feitas com o objetivo de formar cidadãos cada vez mais engajados nos projetos sociais, mais atentos à mudança acelerada que acontece diariamente, com clareza e discernimento suficientes para a tomada de decisões e, sobretudo, para tornar as pessoas mais aptas a enfrentarem o mundo.

Quando as escolas chamam os pais para o seu interior, assumem uma postura democrática na medida em que vão utilizar a reunião para discutir, analisar ou

comunicar algo que é de importância para a família. E, por parte dos pais, o ideal é que reflitam sobre o que se deve levar de contribuição ou dúvida sobre os filhos para estas ocasiões.

Assim, é de extrema importância para a família avaliar a vida escolar dos filhos sistematicamente, informando se sobre seu desempenho, seus procedimentos, suas ações em geral para que, quando convocadas pela escola para um momento de encontro, tenha elementos para conversar com os professores e orientadores. Possuir todos os dados sobre a vida escolar das crianças não será somente importante para a reunião, mas também para conhecer melhor os próprios filhos. Da mesma maneira, a família não deve ficar numa posição passiva, à espera de que a chamem para uma reunião. Ao detectar qualquer problema escolar com seus filhos, necessitam imediatamente se comunicar com a escola a fim de buscar esclarecimentos, lembrando sempre que cada caso é único.

Em suma, entende-se que a escola é a responsável pelo processo de escolarização formal dos alunos e sabe quais objetivos precisa atingir. Sabe também que os profissionais envolvidos precisam dar conta desse processo, mas necessitam contar com o apoio integral da família, pois o tempo de convivência dos alunos com os pais e irmãos é muito maior do que com professores e colegas de classe. Assim, a interferência da família é importante na hora e medida certas e nesse ponto um bom diálogo com professores e orientadores, durante as reuniões de pais, poderá ser muito útil e esclarecedor.

O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS ENTRE FAMÍLIA E
ESCOLA E SEU OBJETIVO COMUM:
A APRENDIZAGEM

Atualmente, vive-se numa época em que a desintegração dos valores são os maiores obstáculos para o ser humano.

Valores como ética e cidadania estão sendo banidos e deixados muitas vezes de fora da formação dos indivíduos. Nesse sentido, instituições sociais como a família e a escola não podem deixar que isso continue a acontecer sem fazer nada para mudar a situação. Assim, é preciso uma integração dessas duas instituições com objetivos em comum e com pessoal responsável e metodologias adequadas para se tentar resgatar esses valores tão importantes na formação do caráter dos educandos.

Inicialmente, pode-se afirmar que nos dias atuais a escola não pode viver sem a família e a família não pode viver sem a escola, pois, é através da interação desse trabalho em conjunto, que tem como objetivo o desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando, os quais contribuirão na formação integral do mesmo.

Assim sendo, o objetivo principal da educação hoje deveria ser favorecer uma participação que gere compromisso da família com a aprendizagem e o sucesso escolar do seu aluno e compromisso da escola com a inserção curricular do ambiente cultural da família e da comunidade. Essa parceria assegurará, em última instância, o pleno cumprimento da função social da escola.

Pensar em educação de qualidade hoje, é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos, ou seja, é preciso uma interação entre escola e família. Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança.

Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser a meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é uma constatação que norteia os arredores dos setores educacionais, pois é na escola que essa crise pode aflorar mais, ficando em maior evidência.

Nesse sentido, A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394, de dezembro de 1996) formaliza e institui a gestão democrática nas escolas e vai além, dentre algumas conquistas destacam-se: “A concepção de educação, concepção ampla, estendendo a educação para além da educação escolar, ou seja, comprometimento com a formação do caráter do educando.”⁵⁵

Uma relação sólida entre família e escola resulta em diversos benefícios, como:

Melhor Desempenho Acadêmico: A participação ativa dos pais na educação dos filhos está diretamente ligada ao aumento do rendimento escolar. Quando os pais acompanham as atividades escolares e mantêm comunicação regular com os professores, contribuem para o sucesso acadêmico dos alunos.

Desenvolvimento Social e Emocional: A colaboração entre família e escola fortalece os vínculos de confiança, criando uma cultura escolar de colaboração e acolhimento. Isso facilita a comunicação entre pais, professores e coordenação, especialmente diante de problemas de comportamento do aluno.

Redução de Conflitos: Quando pais e educadores se veem como aliados, há mais possibilidades de conversar abertamente sobre os problemas dos alunos. Essa abordagem colaborativa permite que ambos os lados trabalhem juntos para encontrar soluções que favoreçam a família, os educadores, a instituição escolar e, principalmente, os alunos.

Nunca antes, na escola pública brasileira, se discutiu tanto quanto hoje assuntos como falta de limites, desrespeito na sala de aula e desmotivação dos alunos. Nunca se observou tantos professores cansados e muitas vezes, doentes física e mentalmente. Nunca os sentimentos de impotência e frustração estiveram tão marcadamente presentes na vida escolar.

⁵⁵ Cf. BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* - LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

Por essa razão, dentro das escolas as discussões que procuram compreender esse quadro tão complexo e, muitas vezes, caótico, no qual a educação se encontra mergulhada, são cada vez mais frequentes. Professores debatem formas de tentar superar todas essas dificuldades e conflitos, pois percebem que se nada for feito em breve não se conseguirá mais ensinar e educar.

Entretanto, observa-se que, até o momento, essas discussões vêm sendo realizadas apenas dentro do âmbito da escola, basicamente envolvendo direções, coordenações e grupos de professores. Em outras palavras, a escola vem, gradativamente, assumindo a maior parte que é devida na responsabilidade pelas situações de conflito que nela são observadas.

Assim, procuram-se novas metodologias de trabalho, muitos projetos são lançados e inúmeros recursos também lançados pelo governo no sentido de não deixar que o aluno deixe de estudar. Porém, observa-se que se não houver um comprometimento maior dos responsáveis e das instituições escolares isso pouco adiantará.

Os professores são sujeitos fundamentais no processo ensino aprendizagem e, portanto, das ações escolares que incluem aquelas relativas ao relacionamento escola família. Numa visão construtivista, o aluno tem a sua relação com o objeto mediada pelo professor e com ele mantém vínculos positivos, que impulsionam a aprendizagem, ou negativos, que proporcionam um afastamento da situação de aprendizagem. Envolver a família na educação escolar dos filhos pode significar, para os educadores, que eles tenham que conhecer melhor os pais dos alunos e realizar um trabalho conjunto com eles para criar, entre outros fatores, uma atmosfera que fortaleça o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Porém, mesmo garantindo se a especificidade dos papéis da escola e do governo na educação das crianças e o respeito

ao conhecimento especializado que detêm os professores para desenvolverem o seu trabalho, o estreitamento das relações entre escola e família pode ajudar os professores a exercerem a sua profissão com mais competência.

Com essa aproximação os educadores podem passar a ter maiores informações a respeito de quem são os seus alunos, suas famílias, sua cultura, sua vida cotidiana, o que, em última instância, favorece a organização do trabalho a ser desenvolvido em benefício dos alunos e da comunidade.

E, por parte dos pais, relações mais estreitas com a escola podem ajudá-los a compreender melhor o trabalho por ela realizado e a se envolverem, na medida de suas possibilidades, no processo educacional dos filhos, trabalhando de forma consoante com as necessidades educativas da vida e da participação no mundo atual.

Quando escola e família têm uma linguagem comum e posicionamentos adotados colaborativamente no trato de aspectos da educação das crianças e da sua escolarização, é possível que os educandos consigam ter uma aprendizagem mais significativa, um percurso acadêmico mais tranquilo e um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso, o que não pode ser desprezado.

A família deve procurar conhecer da melhor forma possível à escola em que vai matricular seus filhos, procurando uma coerência entre suas expectativas e o que o espaço educacional realmente tem a oferecer. E sugerir melhorias, quando encontrar algumas deficiências na mesma, podendo até mesmo ser o sujeito ativo destas mudanças.

Mostra-se recomendável inteirar-se previamente das metodologias aplicadas pela escola. Se estas exigirem a intensiva participação dos pais em atividades tais como trabalhos de casa, pesquisas, reuniões, festinhas no colégio, etc., e os familiares não puderem cumprir com essas solicitações por

trabalharem fora ou outro motivo qualquer, a criança poderá não compreender a situação devidamente e sentir se desprezada.

Também se mostra recomendável considerar o tamanho e a organização da escola em relação à personalidade do estudante. Há crianças que se intimidam em escolas muito grandes, com turmas imensas e salas de aula superlotadas. Estes alunos vão sentir se melhor em escolas pequenas, mais acolhedoras e, portanto, menos ameaçadoras. Por outro lado, há aqueles que gostam de grandes grupos, muito espaço e de atividades diversificadas, neste caso cabendo melhor os colégios de maior porte.

Os pais precisam ter consciência de seu papel na formação de seus filhos e clareza na maneira de conduzir os mesmos. É fundamental que a relação pais e filhos sejam baseados no carinho, no diálogo e no amor, pois o relacionamento familiar implicará diretamente em sua vida futura, principalmente nos espaços educacionais. Sabe se que a escola vai melhor quando a família está presente: se os familiares se interessam por ela, a criança se comprometerá mais com os estudos.

Desta forma pais, educadores e toda sociedade precisam estar conscientes sobre a importância da união entre a família e a escola na formação das crianças. Ambas têm função de auxiliar o sujeito a ser autônomo, criativo, capaz de relacionar se bem com o outro e interagir significativamente na sociedade.

Para que se efetive na prática o processo ensino-aprendizagem, é necessário partilhar responsabilidades com a presença ativa de todos os envolvidos, organizando e definindo objetivos e estratégias, bem como sanar conflitos e situações indesejáveis que não foram previstos no planejamento. Tecer essa dimensão significa transformar, revolucionar.

Por isso, é fundamental que as relações entre as pessoas sejam horizontais, contribuindo, dessa forma, no processo de intercâmbio de vivências, experiências e interações entre os

sujeitos. Sabe-se que a escola não tem somente o papel de transmitir conhecimentos, mas, muito mais, o de repensar a sociedade na qual vivemos e que desejamos reconstruir.

Contudo, para que isso aconteça, o comprometimento de todos é indispensável: quando dizemos que a escola é um lugar onde os alunos possam descobrir e desenvolver seus talentos, estamos colocando à prova o nosso trabalho, visto ser nossa a tarefa de proporcionar espaços e possibilidades para o seu fecundo desenvolvimento.

A escola não é o princípio da transformação das coisas. Ela faz parte de uma rede complexa de instituições e de práticas culturais. Não vale mais, nem menos, do que a sociedade em que está inserida. A condição da sua mudança não reside num apelo à grandiosidade da sua missão, mas, antes, na criação de condições que permitam um trabalho diário, profissionalmente qualificado e apoiado do ponto de vista social.

Como coloca António Nóvoa “(...) A metáfora do continente (os grandes sistemas de ensino) não convém à escola do século XXI. É na imagem do arquipélago (a ligação entre pequenas ilhas) que melhor identificamos o esforço que importa realizar.”⁵⁶

Para fortalecer a colaboração entre família e escola, considere as seguintes orientações:

Comunicação Aberta e Contínua: Estabeleça canais de comunicação eficazes, como reuniões periódicas, aplicativos escolares e grupos de mensagens, para manter os pais informados sobre o progresso dos alunos e eventos escolares.

Participação Ativa dos Pais: Incentive a presença dos pais em atividades escolares, como eventos culturais, esportivos e reuniões pedagógicas, promovendo um ambiente de colaboração e confiança.

⁵⁶ Cf. NÓVOA, António. *S.n.t.*

Definição Clara de Papéis e Responsabilidades: Estabeleça expectativas claras para pais e educadores, delineando responsabilidades e objetivos comuns, garantindo que ambos os lados compreendam seu papel no processo educacional.

Apoio ao Desenvolvimento Social e Emocional: Trabalhe em conjunto para apoiar o desenvolvimento social e emocional dos alunos, promovendo atividades que fortaleçam habilidades interpessoais e autoestima.

Resolução Conjunta de Problemas: Adote uma abordagem colaborativa para resolver desafios educacionais, envolvendo pais e educadores na identificação de soluções eficazes para questões que possam surgir. Ao implementar essas práticas, a parceria entre família e escola se torna mais eficaz, criando um ambiente educacional que favorece o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos.

Respeitadas as especificidades da família e da escola, essas instituições podem estabelecer parcerias produtivas a favor do êxito escolar. Em tese, a família e a escola têm papéis sociais bastante específicos; porém, não antagônicos. Podem mesmo, em muitas circunstâncias, ser complementares: se à família cabe cuidar, a escola responsabiliza-se pelo ensinar.

O importante é ter claro que o professor é um profissional do conhecimento sistematizado, e não a extensão do grupo familiar, razão pela qual não é o “tio”, assim como o grupo familiar educa para o afeto e para a formação pessoal, e não aquele sujeito a quem a escola responsabiliza pelos fracassos da escolarização. A família e a escola, caminhando de mãos dadas, geram sucesso escolar. A participação da família no processo de ensino-aprendizagem do filho é a força que a educação tem para dar certo. Quando a escola e a família assumirem, de verdade, o seu papel, com certeza, os esforços da educação escolar brasileira revelará melhores resultados. Desde que haja justiça

social e compartilhamento equânime de bens sociais, culturais, epistêmicos e naturais.

Uma vez que a família é a fonte fundamental para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade, a escola é decisiva à formação humana de futuros cidadãos e profissionais, razão pela qual ambas devem oferecer o que têm de próprio em benefício desse desenvolvimento e dessa formação, até porque, o espírito de reciprocidade é muito importante para todos os seres humanos; portanto, minha vida só tem sentido se a compartilharmos com outras vidas e, as pessoas não são ilhas, para viverem isoladas. Por que isso não poderia valer para os membros da família e para os da escola. Sabendo que estruturalmente a sociedade também tem de desenvolver um projeto de nação transformador. Esse parece ser o lema de todo trabalho possível entre pais e mestres, família e instituição de ensino, por meio de parcerias produtivas para todos e em meio a propostas mesmas de constituição de modelos sociais humanizantes e de estilos existenciais humanizadores. Nesse contexto, quando a escola e a família se descobrirem como parceiras de construção e transformação, o ensino terá uma nova cara.

Nova cara que signifique leveza e enlevo, em atividades que, em vez de ser pesadas e maçantes, provocadoras de pequenas guerras entre pais e mestres, podem ser leves e suaves, segundo quem, quando existe algo que nos interessa, o tempo passa depressa!

Complicado é quando não há real entendimento do que cabe a cada um e muitos professores pensam que encher a escola de pais vai resolver os problemas do ensino. Ou quando as famílias pensam que a educação escolar do filho é uma atividade com a qual não devem se importar. Não, se a família e a escola formam um elo fundamental para o ser humano. O importante é usar a leveza da espontaneidade para reforçar esse elo em atividades comuns, ainda que diferentes em sua

concepção, natureza e realização; ainda que demandem, em algumas circunstâncias, sangue e suor para uns e outros. Isso realmente não é fácil; demandam dedicação e vontade político-ideológica de ver a realidade tal qual ela é, escavar suas raízes, julgar perseguindo o melhor a fazer e agir para marcar e fazer história. Nessa linha, é bom lembrar que é só na somatória de nossos esforços que teremos soluções e resultados interessantes para nossas ações.

Sabe-se que as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, geralmente, possuem uma baixa autoestima em função de seus fracassos e que esses sentimentos podem estar vinculados aos comportamentos de desinteresse por determinadas atividades, tempo de atenção diminuído, falta de concentração, pais que deixam à responsabilidade do cuidado da casa (limpeza, lavagem de roupas, preparação da alimentação) a cargo dos filhos ainda pequenos e outros.

A família, desconhecendo as necessidades da criança e a maneira apropriada de lidar com esses aspectos, muitas vezes, necessita de orientações que lhe dê suporte e lhe possibilite ajudar seu filho. Fatores como motivação, formas de comunicação, estresses existentes no lar, influenciam (positivamente e/ou negativamente) o desempenho da criança no processo de aprendizagem, e os psicopedagogos, muitas vezes, sentem-se limitados quanto às orientações a serem dadas pela falta de conhecimento aprofundado sobre os diversos aspectos familiares que podem contribuir para um resultado mais desejável.

Vários comportamentos manifestados pelas mães também levam a questionar a respeito da influência familiar sobre a aprendizagem. Há mães que demonstram excessiva ansiedade quanto a superação da dificuldade da criança; outras que se mostram impacientes quanto ao desempenho insatisfatório que o filho apresenta; mães que atribuem todo o problema à criança e a caracterizam como “preguiçosa”, “lerda”,

“distraída”; mães que negam a dificuldade que a criança demonstra; mães que não acompanham as atividades de seu filho e mães que punem a criança pela seu fracasso nas atividades escolares.

Isso acontece pelo fato de os pais desconhecerem como ocorre a aprendizagem e, portanto, necessitam de orientações específicas a esse respeito. Sabe-se, também, que, muitas vezes, os conflitos familiares estão associados a essas manifestações e que as relações familiares são relevantes no desenvolvimento da criança, havendo, portanto, a necessidade de maior compreensão desse processo, por parte dos profissionais, para que possam intervir de forma mais abrangente diante da problemática.

Em muitos casos, em um trabalho especializado com crianças apresentando dificuldade de aprendizagem, não é suficiente transmitir aos pais as atividades específicas a serem realizadas; outros aspectos ligados à família, à escola ou relacionados a dificuldades em outras áreas do desenvolvimento também estão presentes, e é necessário ouvir os pais, analisar a situação e buscar caminhos que facilitem o desenvolvimento global da criança.

Alguns pais confiam seus filhos com dificuldade de aprendizagem aos professores acreditando que o mau desempenho da criança seja proveniente apenas de si mesma, sem questionar sua possível participação nessas alterações. A importância da participação da família no processo de ensino-aprendizagem é inegável e a necessidade de se esclarecer e instrumentalizar os pais quanto as suas possibilidades em ajudar seus filhos com dificuldades de aprendizagem é evidenciada ao manifestarem suas dúvidas, inseguranças e falta de conhecimento em como fazê-lo.

Acredita-se que um programa de intervenção familiar seja de fundamental importância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. O relacionamento familiar, a disponibilidade e

interesse dos pais na orientação educacional de seus filhos, são aspectos indispensáveis de ajuda à criança.

Através das experiências e relações interpessoais, a família pode promover o desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança. Ela pode criar situações no dia-a-dia que estimularão esses aspectos, desde que esteja desperta para isso. Além disso, a participação da criança nas atividades rotineiras do lar e a formação de hábitos também são importantes na aquisição dos requisitos básicos para a aprendizagem, pois estimulam a organização interna e a habilidade para o 'fazer'.

A família tem um papel central no desenvolvimento da criança, pois é dentro dela que se realizam as aprendizagens básicas necessárias para o desenvolvimento na sociedade, como a linguagem, sistema de valores, controle da impulsividade. As características da criança também são determinadas pelos grupos sociais que frequenta e pelas características próprias, como temperamento.

As crianças possuem uma tendência natural, instintiva que as direciona ao desenvolvimento de suas potencialidades. Os pais devem ter conhecimento desse processo para que não dificultem ou impeçam o crescimento espontâneo da criança. Pela falta de compreensão da natureza e necessidades básicas do ser humano, os pais, muitas vezes, prejudicam a busca do próprio desenvolvimento, pela criança. O modo como os pais lidam com seus filhos pode ajudá-los no desenvolvimento das suas potencialidades e no relacionamento com o mundo, possibilitando-lhes o enriquecimento pessoal através das experiências que o meio lhes proporciona.

O processo educativo (desenvolvimento gradativo da capacidade física, intelectual e moral do ser humano) familiar deve ser adequado para possibilitar à criança o sucesso na aprendizagem, proporcionando-lhe a motivação, o interesse e a concentração necessária para a apreensão do conhecimento.

A adequação desse processo compreende o atendimento às necessidades da criança quanto à presença dos pais compartilhando suas experiências e sentimentos, orientação firme quanto aos comportamentos adequados, possibilidade de escolhas, certa autonomia nas suas ações, organização da sua rotina, oportunidade constante de aprendizagem e respeito e valorização como pessoa.

A criança necessita de equilíbrio entre condutas disciplinares e diálogo, compreensão e carinho. Num processo educativo os pais experienciam a necessidade de um trabalho de auto-análise, de reestruturação de seus comportamentos, crenças, sentimentos e desejos. Na visão de Grunspum os pais precisam conquistar, em relação a si mesmos, primeiramente, o que querem que os filhos sejam: justos, disciplinados, honestos, responsáveis.⁵⁷ Esse processo ocorre nas vivências do dia-a-dia, na medida em que pais e filhos comunicam-se de maneira transparente e sincera, falando de suas percepções, suas dúvidas, objetivos, emoções, aprendendo uns com os outros.

A relação entre família e escola desempenha um papel fundamental no sucesso do processo educacional, uma vez que a interação entre esses dois ambientes pode potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos de maneira significativa. Essa parceria não apenas contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, mas também para a formação de cidadãos conscientes, críticos e preparados para os desafios da sociedade.

Primeiramente, é importante compreender que a escola e a família são os dois pilares fundamentais na vida de uma criança ou adolescente. A escola tem a função de fornecer os conhecimentos formais e preparar o indivíduo para o exercício de sua cidadania, enquanto a família é responsável pela formação dos valores, pela socialização e pelo apoio emocional e

⁵⁷ GRUNSPUM, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos das Crianças*. São Paulo: Atheneu, 1985.

psicológico. Quando essas duas esferas se alinham, o impacto positivo no processo educacional é inegável.

A comunicação constante entre família e escola é um dos principais elementos dessa relação. Quando os pais ou responsáveis estão envolvidos, acompanhando a rotina escolar de seus filhos, eles conseguem entender melhor as necessidades e os desafios enfrentados no ambiente educacional, além de oferecer suporte adequado. Isso também permite que os professores compreendam melhor o contexto familiar do aluno, adaptando estratégias pedagógicas para atender suas particularidades. A troca de informações sobre o desenvolvimento escolar, comportamento, dificuldades ou avanços do aluno permite uma intervenção mais eficaz e direcionada.

Além disso, a participação ativa da família na educação dos filhos pode ser uma motivação extra para os estudantes, que se sentem mais valorizados e apoiados. Crianças e adolescentes que têm o suporte familiar geralmente demonstram maior interesse pelos estudos, mais confiança em suas habilidades e melhores resultados. A presença dos pais nas atividades escolares, como reuniões, eventos ou até mesmo no auxílio com tarefas de casa, contribui para a criação de um ambiente mais positivo e colaborativo.

A relação família-escola também é essencial no processo de resolução de problemas. Quando há dificuldades acadêmicas ou comportamentais, a parceria entre ambos os lados é crucial para encontrar soluções adequadas. Em casos de bullying, dificuldades de aprendizagem ou questões emocionais, a colaboração entre pais e educadores pode contribuir para identificar as causas e implementar medidas que melhorem o bem-estar e a aprendizagem do aluno.

Por fim, a inclusão da família no ambiente escolar não deve ser vista como uma obrigação, mas como uma oportunidade para fortalecer os laços entre educadores, alunos e

responsáveis. A colaboração mútua entre esses dois espaços é essencial para criar um ambiente educacional mais enriquecedor, em que o aluno se sinta apoiado e motivado a alcançar seu pleno potencial.

Em suma, a relação família-escola é indiscutivelmente crucial para o sucesso educacional. Ela cria uma rede de apoio sólida, que possibilita o desenvolvimento integral do aluno e prepara-o não apenas para os desafios acadêmicos, mas para a vida em sociedade. Uma parceria bem estabelecida entre esses dois ambientes é a chave para o fortalecimento de uma educação de qualidade e transformadora.

O estabelecimento de parcerias entre família e escola deve ser fundamentado em um objetivo comum: a aprendizagem. Essa meta, que perpassa todas as etapas da educação, é o motor que impulsiona o processo de desenvolvimento do aluno, tanto no aspecto acadêmico quanto no seu crescimento pessoal e social. Para que a parceria seja eficaz, é necessário que ambas as partes compreendam a importância dessa colaboração e alinhem suas ações para garantir que o estudante tenha as melhores condições possíveis para aprender e se desenvolver plenamente.

Primeiramente, é fundamental reconhecer que a aprendizagem não se restringe ao conteúdo que é ministrado em sala de aula. Ela é uma experiência multidimensional, que envolve o aluno como um todo: suas emoções, seus valores, suas experiências de vida e seu contexto social. A escola, como instituição de ensino, oferece os meios formais de aprendizado, estruturando o conhecimento de maneira sistemática e abrangente. No entanto, é na interação com a família que o aluno encontra o apoio necessário para dar continuidade a esse processo, ampliando o aprendizado de forma mais significativa e integradora.

A família é o primeiro ambiente educativo de qualquer criança. É nela que a formação dos valores e das atitudes

fundamentais para a aprendizagem começa. Quando a família se envolve ativamente no processo educacional, ela não apenas reforça o que é ensinado na escola, mas também transmite ao aluno o entendimento de que a educação é um valor importante e digno de ser priorizado. Além disso, a família pode oferecer informações sobre o comportamento, as emoções e as necessidades do aluno, fornecendo à escola um contexto mais amplo para ajudá-la a entender melhor os desafios enfrentados pela criança ou adolescente.

Por outro lado, a escola, ao criar um espaço de aprendizagem colaborativa, deve incentivar o envolvimento dos pais ou responsáveis. Isso não significa apenas convocar os pais para reuniões escolares, mas também incluir estratégias de comunicação contínua que permitam a troca de informações regulares sobre o progresso do aluno. A escola deve estar aberta ao diálogo e disposta a ouvir as preocupações da família, garantindo que os pais sintam-se parte do processo educacional e não apenas observadores distantes. Dessa forma, pais e educadores podem trabalhar juntos para identificar problemas, buscar soluções e celebrar conquistas.

Além disso, a parceria entre família e escola precisa ser construída com base no respeito mútuo e na confiança. Ambos devem entender que o objetivo é sempre o bem-estar e a aprendizagem do aluno, e não há espaço para culpas ou acusações. Quando existe essa harmonia, é possível criar um ambiente mais acolhedor e seguro para o estudante, que se sente apoiado por todos ao seu redor.

Essa parceria, portanto, deve ser voltada para resultados tangíveis, como o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e emocionais dos alunos. Quando família e escola têm um objetivo comum e trabalham em sintonia, a aprendizagem se torna mais rica, significativa e eficaz. O aluno percebe que há uma rede de apoio à sua disposição, o que pode aumentar sua motivação, sua autoestima e seu engajamento com os estudos.

Em última análise, o estabelecimento de parcerias entre família e escola com o objetivo de promover a aprendizagem representa um passo fundamental para a construção de uma educação de qualidade. Quando ambos os lados estão comprometidos com o sucesso do aluno, o ambiente educacional se torna mais positivo e propício ao crescimento intelectual e pessoal. O verdadeiro poder dessa parceria reside no entendimento de que, ao unir forças, escola e família têm o potencial de transformar a trajetória educacional do estudante e contribuir para a formação de indivíduos mais preparados para os desafios da vida.

Criar filhos não significa torná-los perfeitos, pois os pais têm muitas dúvidas e estão sujeitos a muitas falhas; mas o que é necessário é tentar identificar os conflitos e desfazê-los, aprendendo a conviver com essas situações. Através dos conflitos os pais desenvolvem a percepção de si mesmos e de seus filhos. Essas situações estimulam pais e filhos a instalar um diálogo verdadeiro, expondo o entendimento e sentimento em relação às experiências cotidianas. Por outro lado, aspectos fundamentais do processo educativo revelam que os pais devem ter respeito sobre o que o filho sente, mas cabe a eles negar com firmeza e determinação as atitudes que possam contrariar o que desejam para a educação de seus filhos.⁵⁸

Dificuldades escolares apresentadas pelas crianças, relacionadas à falta de concentração e indisciplina ocorrem e podem ser causadas pela ausência de limites. A primeira geração educou os filhos de maneira patriarcal, isto é, os filhos eram obrigados a cumprir as determinações que lhes eram impostas pelo pai. A geração seguinte contestou esse sistema educacional e agiu de maneira oposta, através da permissividade. Os jovens ficaram sem padrões de

⁵⁸ TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. 72ª edição. Editora Gente, 1999.

comportamentos e limites, formando uma geração com mais liberdade do que responsabilidade.

Tanto na família quanto na escola, segundo Tiba há “a necessidade de orientação às crianças quanto às regras disciplinares, para que elas possam desenvolver a capacidade de concentração e de apreensão dos conceitos.”⁵⁹ A aprendizagem se dá de maneira gradativa e não será possível sem a participação ativa do aluno, de maneira disciplinada, orientada.

Os pais devem preparar os filhos para arcarem com suas responsabilidades. Na medida em que a criança vai aprendendo a cuidar de si mesma, vai experimentando a sensação gratificante da capacidade de enfrentar desafios. E cada realização é um aprendizado que servirá de base para um novo aprendizado. Assim, realizando suas vontades e necessidades, a criança vai gostando de si mesma, desenvolvendo a autoestima.

O relacionamento familiar também é fundamental no processo educativo. A criança estará muito mais receptiva às instruções dos pais, se os membros da família se respeitarem entre si, procurando conversar e colaborar um com o outro. É importante a participação dos pais na vida dos filhos, numa convivência como companheiros, compartilhando emoções, o que contribui muito para a disciplina.

Todos esses aspectos citados e muitos outros são fundamentais para que o desenvolvimento da criança se efetive. Portanto, a família necessita da ajuda dos profissionais na aquisição desses conhecimentos básicos e essenciais para que possa cumprir seu papel de facilitadora do processo de aprendizagem de seus filhos, através de comportamentos mais adaptativos. A parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. Portanto, pais e educadores necessitam serem grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional

⁵⁹ TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. 72ª edição. Editora Gente, 1999, p.45.

do ser humano. “Quando as notas são altas e tudo vai bem, ninguém pensa em discutir a relação. Se o boletim e o comportamento deixam a desejar, começa o jogo de empurra. Professores culpam a família “desestruturada”, que não impõe limites nem se interessa pela Educação. Nessa briga nada saudável, a única vítima é o aluno. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno.”⁶⁰

Na concepção de Rego a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Tanto a escola quanto a família são responsáveis pela educação das crianças. São grupos que oferecem diferentes tipos de educação, mas que estão ligados entre si como uma rede, e cujo objetivo final é a formação de um cidadão autônomo, ativo e consciente de seus direitos e deveres. Portanto devem caminhar juntos, procurando a parceria e o desenvolvimento dos autores envolvidos no processo. Conforme o Art.53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI 8.069/1990), “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...)”.

Geralmente, se professores percebem que os pais são envolvidos, atendem melhor ao aluno na escola; se o filho percebe pais como envolvidos, podem ser influenciados pelo comportamento dos pais, no que se refere à importância que dão à escola. Por outro lado, filhos que tiram boas notas podem levar mães a serem mais envolvidas e mãe envolvida influencia o envolvimento do pai.

A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que

⁶⁰ TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. 72ª edição. Editora Gente, 1999, p.140.

visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor. “A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria inovação, planejar-se a médio e a longo prazos, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. As mudanças que vêm de dentro das escolas são mais duradouras. Da sua capacidade de inovar, registrar, sistematizar a sua prática/experiência, dependerá o seu futuro. Nesse contexto, o *educador* é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos.”⁶¹

O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer, propiciando o desenvolvimento pleno respectivamente dos seus filhos e dos seus alunos. Alguns critérios devem ser considerados como prioridade para ambas as partes.

A parceria da escola com a família pode ocorrer em vários níveis e momentos. Scarpa⁶² elaborou uma lista de ações para ajudar a estreitar o contato:

Família

- Selecionar a escola baseado em critérios que lhe garanta a confiança da forma como a escola procede diante de situações importantes;

⁶¹ GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

⁶² Cf. SCARPA, 2007.

- Dialogar com o filho o conteúdo que está vivenciando na escola;

- Cumprir as regras estabelecidas pela escola de forma consciente e espontânea;

- Deixar o filho a resolver por si só determinados problemas que venham a surgir no ambiente escolar, em especial na questão de socialização;

- Valorizar o contato com a escola, principalmente nas reuniões e entrega de resultados, podendo se informar das dificuldades apresentadas pelo seu filho, bem como seu desempenho.

Escola

- Cumprir a proposta pedagógica apresentada para os pais, sendo coerente nos procedimentos e atitudes do dia-a-dia;

- Propiciar ao aluno liberdade para manifestar-se na comunidade escolar, de forma que seja considerado como elemento principal do processo educativo;

- Receber os pais com prazer, marcando reuniões periódicas, esclarecendo o desempenho do aluno e principalmente exercendo o papel de orientadora mediante as possíveis situações que possam vir a necessitar de ajuda;

- Abrir as portas da escola para os pais, fazendo com que eles se sintam à vontade para participar de atividades culturais, esportivas, entre outras que a escola oferecer, aproximando o contato entre família-escola;

- É de extrema importância que a escola mantenha professores e recursos atualizados, propiciando uma boa administração de forma que ofereça um ensino de qualidade para seus alunos.

Matrícula

Logo no primeiro contato, cabe ao diretor ou ao coordenador mostrar o espaço físico e a proposta pedagógica, ouvir dúvidas e responder com clareza. Com a matrícula efetuada, o ideal é conhecer o percurso escolar do novo aluno, as preferências e gostos dele, dados sobre saúde, relacionamento e comportamento em casa. Na Educação Infantil, informar-se sobre os hábitos alimentares e a rotina, para facilitar a adaptação. Definir em conjunto quais serão os canais de comunicação (bilhetes, e-mails, telefone).

Reuniões

Comunicar logo no começo do ano o dia e o horário previstos para os encontros, de preferência compatíveis com os de quem trabalha fora. Na convocação, citar os objetivos da reunião. Explicar para que a escola ensina determinados conteúdos, como ela ensina e como a criança aprende. Mostrar a evolução da aprendizagem dos jovens. Informar sobre os projetos didáticos e perguntar como cada família pode contribuir.

Dia-a-dia

Convidar os responsáveis para falar sobre a profissão deles sempre que for interessante para o entendimento de conteúdos e projetos. Chamar pais, avós ou tios para ir à escola contar histórias do passado, ler livros, ensinar uma brincadeira ou fazer um doce. Chamar os pais não só para comparecer, mas

também para ajudar na organização de festas juninas, feiras de Ciências e jornadas culturais ou esportivas. Abrir a biblioteca, o laboratório de Informática e a quadra de esportes para uso dos familiares. Promover palestras e debates que tenham como objetivo a formação dos pais, tratando de assuntos de interesse geral, como saúde, mídia, drogas, sexualidade etc. Enviar relatórios periódicos sobre o desempenho da classe e as conquistas individuais. Informar sobre mudanças na estrutura física, na organização do espaço e do tempo escolar ou na equipe pedagógica.

Comunidade

Só visitar as famílias para aproximar - nunca para averiguar, julgar ou fazer inferências. A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar, estabelecer compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola. Construindo uma parceria dando sustentação no papel da família no desempenho escolar dos filhos e o papel da escola na construção de personalidades autônoma.

A relação escola-família se resume no respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista. O objetivo é conscientizar a escola do papel que possui na construção dessa parceria: a intervenção pedagógica a estas questões, deve ser no sentido de considerar a necessidade da família vivenciar reflexões que lhes possibilitem a reconstrução da auto-estima, afim de que se sintam primeiramente compreendidos e não acusados, recepcionados e não rejeitados, pela instituição escola, além de que esta

última possa fazê-los sentir-se reconhecidos e fortalecidos enquanto parceiros nesta relação.

CONCLUSÃO

É notório que o envolvimento da família no processo educacional da criança melhora a imagem da escola e o seu vínculo com a comunidade. Tal envolvimento significa uma educação de sucesso apoiada no binômio escola-família, já que não se aprende só na escola. Nesta, aprende-se a aprender, mas para aprender o indivíduo deverá ser estimulado por um meio ambiente favorável, sendo que é na família que os alunos adquirem os modelos de comportamentos que exteriorizam na sala de aula.

Nada melhor de que tais instituições trabalhem juntas para que o processo de formação educacional da criança seja significativo e eficaz. Existem algumas características que lhes são peculiares como à formação de valores, por exemplo. Ambas trazem na “bagagem” o papel de educar o cidadão mediante princípios de conduta morais voltadas para consigo e com o outro, mas cabe considerar que, sem a parceria entre escola e família desta educação de valores, comportamentos e princípios, tornam-se bem mais difícil que esta educação se realize.

Portanto, pelo fato da escola ser uma instituição formada por “profissionais da educação”, cabe a ela dar o primeiro passo, caso a parceria não esteja acontecendo. Talvez, conhecer o “tipo” de família que ela está lidando, seja o ponto de partida para tal problemática. Existem vários núcleos familiares no seio de nossa sociedade e, cabe à escola conhecer e se inteirar sobre essas mudanças a fim de adaptar suas ações.

Além da escola, a família pode exercer um papel importante no incentivo a leitura do educando, já que tal

exercício pode acontecer muito antes da criança saber codificar e decodificar os signos. Ao ler *o mundo* através das histórias infantis, a criança pode ir construindo sua identidade e desenvolvendo seu gosto pela leitura; um hábito importante, e que não precisa ser feito, somente, pela escola.

A importância de a família participar do mundo escolar da criança, apesar dos seus compromissos profissionais, é imprescindível diante da necessidade que ambas têm de se complementarem no processo educacional do aluno. Muitas vezes é preciso que a escola propicie a família outros horários e momentos para que este encontro aconteça, afinal, cada família possui suas particularidades que devem ser revistas pela escola.

Diante dos compromissos da escola, ou seja, seus planejamentos voltados para a formação do ser e sua inclusão numa sociedade democrática e cidadã, verifica-se que, cabe a ela proporcionar, além de reuniões interativas, formativas e dinâmicas, momentos democráticos de aproximação e interação com a família para que ambas consigam formar seus filhos e alunos em verdadeiros pensadores, empreendedores, sonhadores, líderes não apenas do mundo em que estamos, mas do mundo que somos. Pois se entende que não basta conseguir que a criança somente “passe de ano”, é preciso que ela consiga se interagir com o mundo na finalidade de alcançar seus objetivos de vida. Para que isto aconteça, compete aos professores estabelecerem com os alunos uma relação afetiva sólida, buscando soluções para seus problemas a fim de conseguirem adquirir uma aprendizagem qualitativa tanto por meio de seus pais como na escola.

Sabemos que as escolas reclamam muito dos alunos, das suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem, das famílias que não lhe dão o necessário suporte emocional, cultura e material.

Também é comum os professores queixarem-se dos que os antecederam a vida escolar das crianças que aprendem ou

comportam-se de maneira diferente dos padrões esperados. Em nome da falta de “base”, de hábitos e atitudes dos alunos, costumam colocar a responsabilidade nos professores das séries anteriores, como se eles pudessem ter “dado conta” de todas as dificuldades que os alunos apresentaram.

Talvez, no fundo, nos queixamos de nossa própria impotência diante dos obstáculos que encontramos para fazermos os nossos alunos se apropriarem do conhecimento. Vista desta forma, as queixas docentes passam a significar uma forma de defesa psíquica, que nos protege da frustração e da dor de não conseguirmos êxito desejado com todos os alunos.

Hoje em dia há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos. A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

Um ponto que faz a maior diferença nos resultados da educação nas escolas é a proximidade dos pais no esforço diário dos professores. Infelizmente, são poucas as escolas que podem se orgulhar de ter uma aproximação maior com os pais, ou de realizarem algumas ações neste sentido. Entretanto, estas ações concretas, visando atrair os pais para a escola, podem ser uma ótima saída para formar melhor os alunos dentro dos padrões de estudos esperados e no sentido da cidadania.

A família começa a perder o contorno pré-moderno e ganhar formas de moderno, desenvolvendo ao mesmo tempo, a segregação dos sexos, com acentuada subordinação da mulher. Percebe-se, então, nas famílias modernas o início de uma preocupação em preservar a inocência da criança, em especial contra a sexualidade tolerada. Paralelamente família vai se organizando nuclearmente (pai, mãe e filhos) e adquire consciência de

unidade emocional. Os papéis da família nuclear são mais bem definidos nesta época. O pai assume melhor seu papel de provedor econômico da família; a mãe tem o papel de cuidar dos filhos e administrar os afazeres do lar. Cabia ainda a ela zelar pelo bem-estar da convivência social no seio familiar, além de administrar o orçamento doméstico, possibilitando a harmonia do sistema.

As transformações históricas, sociais, econômicas e culturais pelas quais a família passou ao longo dos séculos influenciam na forma como seus membros comunicam-se, relacionam-se e expressam seus sentimentos. Nos tempos mais remotos, o relacionamento era mais rígido, a comunicação mais formal e distante. Embora os pais nutrissem sentimentos de afetividade para com seus filhos, a forma de expressar tais sentimentos era reprimida pelos padrões da época. Com o passar dos tempos, os padrões melhoram em muitos aspectos, possibilitando um relacionamento mais profundo.

A forma de relacionamento entre pais e filhos tem importância fundamental no desenvolvimento da criança e vai determinar como ela, ao se tornar adulta, vai se relacionar consigo e com os outros.

Tanto a escola como a família, deve verificar seu papel no enfrentamento da crise que envolve a todos, ampliando as preocupações e princípios, que possam unir em alguns pontos, duas instituições tão complexas. Como resultado deste movimento sanitário-educacional, a criança passa a frequentar a escola e permanecer em seus lares. Com isso a sociedade influencia de forma menos direta a família e esta desenvolve seu espaço reservado de intimidade e identidade de seus componentes, o que é o ideal que se busca.

REFERÊNCIAS

APARECIDA, Rosana; REBELO, Argento. *Indisciplina escolar: causas e sujeitos*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007).

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8096/90. Brasília. Separatas de Leis, Decretos. Nº. 65/2005.

CHALITA, Gabriel. *Educação: A solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001.

CURY, Augusto Jorge. *Pais Brilhantes, professores fascinantes*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FALCÃO, Gérson Marinho. *Psicologia da aprendizagem*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007.

SANTOS, G. L.; CHAVES, A. M. Significados que as crianças atribuem aos seus direitos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, ago. 2007, vol. 17, no. 2.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. 8ª ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TIBA, Içami. *Disciplina, limite na medida certa*. 72. Ed. Editora Gente, 1996.

TIBA, Içami. *Quem ama educa*. São Paulo: Gente, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. Ed. São Paulo: Liberdade, 1989.

CAETANO, Luciana Maria. *Relação Família-Escola*. Disponível em: www.seufuturonapratica.com.br. Acesso em 10/01/2012

CORREIA, Wilson. *Cuidar e ensinar: pensando as relações família-escola*. Disponível em: www.brasile scola.com. Acesso em 30/03/2012

FERREIRA, Cláudia Peget. *Importância da integração escola-família no processo pedagógico*. Disponível em: www.monografias.com. Acesso em 20/03/2012

FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Família e escola na Educação*. Disponível em: www.educarparacrescer.abril.com.br. Acesso em 23/02/2012

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GENTILE, Paola. [Parceiros na aprendizagem. Disponível em: www.revistaescola.abril.com.br](http://www.revistaescola.abril.com.br). Acesso em 02/04/2012

GOMES, Jerusa Vieira. *Relações família e escola: continuidade/descontinuidade no processo educativo*. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br. Acesso em 25/03/2012

GRUNSPUM, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos das Crianças*. São Paulo: Atheneu, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. *Revista Olhar de professor*, Ponta Grossa, 10(1), 2007. Disponível em:
<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>.

MACEDO, Lino de. *Disciplina é um conteúdo como qualquer outro*. Por: Márcio Ferrari (Revista Nova Escola) MAIO, 2012

MENEZES, Luiz Carlos de. *Que relação deve existir entre família e escola?* Disponível em:
www.revistaescola.abril.com.br. Acesso em 02/04/2012

NOGUEIRA, Maria Alice. *Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação*. Disponível em: www.seer.ufrgs.br. Acesso em 05/04/2012.

ROCHA, Cláudia de Souza e MACÊDO, Cláudia Regina. *Relação Família & Escola*. Disponível em: www.nead.unama.br. Acesso em 03/02/2012

SILVA, Sonia das Graças Oliveira. *A Relação Família/Escola*. Disponível em <www.artigonal.com>. Acesso em 25/01/2012

SZYMANSKY, Heloísa. *A Relação Família e escola: desafios e perspectivas*. Disponível em <www.shvoong.com>. Acesso em 03/03/2012

VARANI, Adriana; SILVA, Daiana Cristina. *A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos*. Disponível em <www.rbep.inep.gov.br>. Acesso em 10/04/2012

ZIMMERMAN, D. E. *Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus*. Porto Alegre: Artmed, 2005.